



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/SEMUSA/CB/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3760/2025

LOCAL: MUNICÍPIO DE CABO FRIO

ÓRGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

Edital de Chamamento Público nº 002/SEMUSA/CB/2025, para fins de credenciamento de empresas privadas prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde do Município de Cabo Frio, RJ.

O Município de Cabo Frio/RJ, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, com base no Processo Administrativo nº 3760/2025, torna público que receberá, por prazo indeterminado, a contar da data de publicação do edital, documentação visando o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços na área de saúde da rede privada, que tenham interesse em prestar serviços descritos neste Edital de Credenciamento, no item 1.1, em âmbito regional, de forma complementar no Sistema Único de Saúde.

1- DO OBJETO

1.1- Constitui o objeto deste Edital o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços complementares de Saúde descritos neste instrumento, no item 1.3, em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, discriminados nos códigos e procedimentos constantes na Tabela Diferenciada do Município de Cabo Frio, para atender as demandas oriundas dos atendimentos gerados pela rede de saúde do município de Cabo Frio/RJ, pelo período de 12 (doze) meses, mediante preços fixados na Tabela Diferenciada do Município de Cabo Frio, conforme condições, preços, quantidades e exigências estabelecidas no atual instrumento e seus anexos.

1.2- O credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado, a partir da data de publicação do Edital, para análise de acervo documental e eventual credenciamento pela Comissão Especial de Seleção, dos interessados que se apresentarem e forem devidamente aprovados nos ditames estabelecidos neste instrumento.

1.3- Em relação à legislação aplicável, o presente Edital e seus anexos serão regidos pelas disposições dos Arts. 24 e seguintes da Lei Federal nº 8.080/1990 e pelos Arts. 6º, XLIII, 74, IV, 78, I, 79, III e parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como Portaria GM/MS nº 2.567, de 25 de novembro de 2016, fica vinculado à Lei Federal nº. 14.133/21,



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

Lei Federal nº 8080/90 e suas alterações, Lei Complementar Federal nº 101/200, pelo Decreto Municipal nº 7.074/2023 e demais legislações aplicáveis para garantir a conformidade legal e a segurança jurídica do processo.

1.4- Os serviços de complementares de Saúde e os quantitativos compreenderão:

GRUPO	SUBGRUPO	QUANTITATIVO MENSAL ESTIMADO
Procedimentos com finalidade diagnóstica	Diagnóstico em laboratório clínico	120.000
Procedimentos com finalidade diagnóstica	Diagnóstico por tomografia	3.000
Procedimentos com finalidade diagnóstica	Diagnóstico por radiologia	1.500
Procedimentos com finalidade diagnóstica	Diagnóstico por medicina nuclear in vivo	120
Procedimentos com finalidade diagnóstica	Diagnóstico em otorrinolaringologista	500

1.5 – O valor estimado anual, para atendimento aos munícipes, corresponde ao valor de **R\$20.714.958,48**, conforme Técnica Quantitativa do TERMO DE REFERÊNCIA, anexo I, deste Edital.

1.6 - As despesas do presente Chamamento Público estão previstas no PPA – Plano Plurianual e na LOA – Lei Orçamentária.

1.7 - Nenhuma indenização será devida aos credenciados pelo fato de não ter sido atingido o quantitativo estimado na Tabela de Programação de Serviços constante do Termo de Referência.

2- DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

2.1- Reunindo o prestador as condições de aptidão para o credenciamento, conforme análise e julgamento da Comissão Especial de Seleção seguirá para a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, nos termos do art.74, inc. IV, c/c 79 e incisos, da Lei 14.133/21.

2.2- No processo de inexigibilidade de que trata o item anterior, a autoridade superior deverá ser comunicada no prazo de 3 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no



prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia do ato, consoante disposto no *caput* do art. 72, VIII, Lei nº 14.133/21.

3- DOS SERVIÇOS

3.1- Os serviços compreenderão o exposto no quadro, do item 1.4, também especificados no Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.

3.2- Nenhuma indenização será devida aos credenciados pelo fato de não ter sido atingido o quantitativo estimado na Tabela de Programação de Serviços constante do Termo de Referência.

3.3- Os serviços serão prestados por meio dos profissionais do estabelecimento credenciado, devidamente qualificados.

3.4- O pagamento será realizado após prestação do serviço em até 30 dias contados a data final do período do adimplemento a que se referir, mediante a Nota Fiscal/Fatura que deverá ser apresentada pela Credenciada, atestada e revisada por 2 (dois) servidores da Secretaria Municipal de Saúde, responsável pelo recebimento.

3.5- A Secretaria Municipal de Saúde pagará mensalmente aos prestadores de serviços credenciados, pelos serviços efetivamente prestados, em valores unitários constantes na TABELA DIFERENCIADA DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO, EXPRESSO NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I, DO PRESENTE EDITAL.

3.6- É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução do objeto deste Chamamento, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município ou para o Ministério da Saúde;

3.7- Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos do Termo de Credenciamento de Prestação de Serviços, na forma explicitada na Minuta, parte integrante do presente Chamamento Público;

4- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1- Poderão participar do Credenciamento entidades privadas com ou sem fins lucrativos da área de saúde, que mantenham em seus quadros, profissionais que gozem de boa reputação profissional e, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de chamamento, bem como atendam as condições e os critérios mínimos estabelecidos pelo SUS, visando o atendimento satisfatório;

4.2- Esta convocação estende-se a todos os prestadores de serviços de saúde, de qualquer natureza, vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde.

4.3- Somente poderão participar as pessoas jurídicas que desenvolvam atividade compatível com o objeto deste credenciamento, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e



seus anexos, além das disposições legais e infralegais pertinentes, independentemente de transcrição.

4.4- Não poderão participar as pessoas jurídicas:

1. estrangeiras ou sob controle de capitais estrangeiros;
2. sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas;
3. que estejam cumprindo pena, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21;
4. em processo de falência, liquidação ou dissolução;
5. cujos sócios, administradores e dirigentes ocupem cargo de chefia ou função de confiança na FMS, nos termos do artigo 14, inc.IV, da Lei 14.133/21;
6. que possuam em seu quadro de funcionários servidor ou dirigente do FMS, nos termos do art. 9º, §1, da Lei nº 14.133/21.

5- RESTRIÇÕES À PARTICIPAÇÃO

5.1- Não poderá ser credenciada empresa ou entidade nas seguintes condições:

- a. De propriedade de servidor ou funcionário público municipal, ou que tenham entre seus associados ou dirigentes, pessoa nesta condição;
- b. Que tenha sido declarada inidônea para contratar com entes públicos;
- c. Que tenha sido descredenciada punitivamente pela Secretaria Municipal de Saúde pelo prazo de duração do sancionamento;

6- DO PREÇO

6.1- A Secretaria Municipal de Saúde pagará mensalmente aos prestadores de serviços credenciados, pelos serviços efetivamente prestados, em valores unitários constantes na TABELA DIFERENCIADA DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO, em vigor na data da realização do evento.

6.2- O valor estimado anual para atendimento aos munícipes é de **RS 20.714.958,48**, conforme PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, deste Edital.

6.3- Plurianual e na LOA – Lei Orçamentária Anual, através das dotações orçamentárias abaixo descritas:

10.302.032.2.413, elemento de despesa: 3.3.90.39.00

Programa	Elemento de Despesa	Ficha	Fonte
10.302.0032.2143	339039.00	1043	1600
10.302.0032.2143	339039.00	1049	1600
10.302.0032.2143	339039.00	1047	1635
10.302.0032.2143	339039.00	1045	16210814

7 - DOS DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS AO CREDENCIAMENTO



7.1- Os documentos deverão ser protocolados no Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, localizada no R. Fagundes Varela, nº 97 São Cristóvão, CEP: 28909-270, Cabo Frio – RJ, de segunda a sexta de 08h às 17h, ou por email, através do endereço eletrônico secadjas@saude.cabofrio.rj.gov.br, devendo entregar a documentação elencada no item 7.2, quando não encaminhada em seus originais, poderão vir em cópias autenticadas, exceto para os casos em que a autenticidade do documento possa ser verificada nos endereços virtuais dos órgãos oficiais, via “internet”.

7.2- RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

7.2.1- SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

A solicitação de credenciamento na forma do modelo fornecido no ANEXO II, – “SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO”, deve ser preenchido com os dados do credenciante e do presente chamamento público.

7.2.2- REPRESENTAÇÃO POR TERCEIROS

a) Instrumento procuratório ou modelo fornecido no ANEXO VI– “MODELO DE PROCURAÇÃO”, assinada por seu(s) representante(s) legal(is) na forma especificada no ato constitutivo no caso em que a credenciante venha a ser representada no processo de solicitação de credenciamento por terceiro com a devida outorga de poderes expressos para o seu representante praticar os atos necessários ao presente credenciamento.

b) Carteira de identidade do representante ou procurador devidamente qualificado na forma do subitem anterior.

7.2.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cópia de documento de identificação oficial dos sócios, com foto.

b) Registro comercial, no caso de empresa individual.

c) Ao constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.

7.2.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Cópia do alvará de localização e funcionamento atualizado;

c) Regularidade perante a Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

d) Regularidade perante a Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer



Natureza – ISS, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição Estadual;

e) Regularidade perante a Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por meio de Certidão Negativa de Débito Trabalhista ou por meio da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, quando verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente, segundo o disposto no § 2º do art. 642-A, Título VII-A da CLT (alterada pela Lei Federal nº 12.440/11),

g) Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.2.5. DECLARAÇÕES:

a) Declaração formal do representante legal da licitante, de que a empresa cumpre a legislação, não praticando ilícitos trabalhistas em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, e proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho a menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; ver modelo ANEXO III.

b) Declaração que a empresa não possui servidor público em seu quadro; ver modelo do ANEXO IV;

c) Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração; ver modelo do ANEXO V.

7.2.6. DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Certificado de inscrição e responsabilidade técnica nos conselhos regionais de fiscalização competente;

b) Certidão de vigilância Sanitária Municipal;

c) Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;

d) Responsável técnico pelo serviço: título de especialista ou residência na área do credenciamento pretendido e certificado de responsabilidade técnica no órgão competente;

e) Relação dos profissionais com o respectivo horário de trabalho e indicação do CBO de cada categoria

f) Cópia do diploma de todos os profissionais envolvidos nas ações a serem executadas;

g) Cópia da carteira do Conselho Regional respectivo;

h) Comprovantes de especialização para profissionais médicos: títulos de especialista emitido pela sociedade médica reconhecida ou residência médica na área de atuação.

i) Relação de equipamentos disponíveis, com descrição da capacidade de produção mensal dos serviços;



7.2.6.1. Os documentos constantes deste item poderão ser apresentados por original, fotocópia autenticada por Tabelião de Notas ou funcionário do Município, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.2.6.2. A CREDENCIADA poderá ainda utilizar o disposto no art. 124 do Decreto Municipal nº 7074/2023, para apresentar outras formas de comprovação.

08- DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

8.1 A Secretaria Municipal de Saúde, através da Comissão de Credenciamento, composta por 02 (dois) membros da Comissão Permanente de Licitação e 03 (três) membros da Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, após o recebimento da solicitação de credenciamento, terá o prazo de até 15 (quinze) dias para análise da documentação, podendo ser prorrogado por igual período desde que devidamente justificado pela Comissão Especial de Credenciamento.

8.2 A comissão de Credenciamento atuará conforme as diretrizes estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 7.074/2023, assegurando a legalidade e regularidade do procedimento.

8.3 É facultada à Comissão de Credenciamento, em qualquer fase do procedimento de credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

8.4 A Comissão de Credenciamento deverá realizar visitas técnicas nas instalações de todos os interessados que prestarão serviços em seus estabelecimentos, independentemente de prévio agendamento, para verificação da capacidade instalada e das reais condições de atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

8.5 Não serão consideradas as propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste edital.

8.6 Não será aceito fax ou protocolo de nenhum documento solicitado.

8.7 A cessão do espaço Municipal, se dará conforme ordem cronológica dos pedidos de credenciamento e capacidade de produção mensal dos serviços, consoante relação de equipamentos disponíveis, com descrição da capacidade de produção mensal dos serviços.

09- IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1 Qualquer cidadão poderá impugnar o presente edital, por irregularidades, devendo protocolar o pedido na Secretaria Municipal de Saúde, endereço exposto no item 7.1, ou no endereço eletrônico secadjas@saude.cabofrio.rj.gov.br, devendo a Comissão de Credenciamento da Saúde para julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

9.2 Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital de Credenciamento.



9.3 Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar este Edital aquele que não o fizer até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura do prazo de Credenciamento, apontando de forma clara e concisa os pontos em relação aos quais tenha dúvidas ou sobre os quais versa a impugnação.

9.4 Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será somente reaberto o prazo para a apresentação dos requerimentos de habilitação, se a modificação do Edital puder afetar a ampla participação de interessados no Credenciamento

10- DO CREDENCIAMENTO/CONTRATO

10.1 - Deferido o pedido de credenciamento, será firmado o Termo de Credenciamento informando que a empresa se encontra apta a prestar os Serviços de Saúde, objeto do presente Edital.

10.2 - A empresa ficará credenciada por um período de 12(meses) podendo a administração pública realizar a contratação com a mesma a qualquer momento dos exames propostos.

10.3- Em caso de duas ou mais empresas credenciadas, a cessão do espaço Municipal, se dará conforme a cronológica dos pedidos de credenciamento e capacidade de produção mensal dos serviços, consoante relação de equipamentos disponíveis, com descrição da capacidade de produção mensal dos serviços.

10.4 Após o CREDENCIAMENTO fica a cargo do Ordenador de despesas emitir a ordem de serviços da empresa CREDENCIADA.

10.5 Após o CREDENCIAMENTO fica a cargo do Ordenador de despesas emitir a ordem de contratação da empresa CREDENCIADA.

11- DO PRAZO

11.1 O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Termo de Credenciamento.

11.2 O prazo de credenciamento poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 107, da Lei 14.133/21, desde que haja interesse público e a proposta dos credenciados seja mais vantajosa para a credenciada.

12- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente do Banco a ser indicado, cujo número e agência deverão ser informados pelos credenciados até a assinatura do Termo de Credenciamento.

12.2 O pagamento se fará consoante a produção efetivamente prestada e comprovada.



12.3 A Credenciada apresentará mensalmente ao Gestor do Credenciamento as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados, conforme as normas para entrega do faturamento, obedecendo aos procedimentos e aos prazos estabelecidos.

12.4 O prestador emitirá a nota fiscal, que deverá vir acompanhada da comprovação da quitação dos encargos (INSS, ISS, FGTS) devidamente pagos na competência do faturamento, devendo ser fornecidos em papel impresso.

12.5 Caso os dados da nota fiscal estejam incorretos, o Gestor do Credenciamento comunicará à Credenciada e esta emitirá nova nota, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento.

12.6 O pagamento pelos serviços prestados apenas será feito após a análise dos documentos apresentados e atesto das notas fiscais.

12.7 Os documentos que sofrerem glosa serão passíveis de revisão, oportunizando a manifestação da Credenciada.

13- DAS PENALIDADES

13.1 A inexecução do objeto deste cadastramento, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento, ou infração contratual, sujeita a Credenciada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a. advertência;
- b. multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada conforme a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
- c. suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

13.2 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do Gestor do Credenciamento.

13.3 A sanção prevista na alínea “b” deste ITEM poderá ser aplicada cumulativamente com qualquer outra.

13.4 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

13.5 A multa administrativa prevista na alínea b do item 13.1, não tem caráter compensatório. O seu pagamento não exime responsabilidade da Credenciada por eventuais perdas e danos apurados.



13.6 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Credenciada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo Gestor do Credenciamento e ainda da aplicação de outras sanções administrativas.

13.7 Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativa, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação pessoal do Gestor do Credenciamento.

13.8 O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado conforme a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9 Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicou qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela Credenciada, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

13.10 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5 da Lei 12.846/13, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação de multa.

14- DOS RECURSOS

14.1 O interessado que for inabilitado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da intimação ou publicação de ata circunstanciada no Portal da Transparência, para complementar a documentação, ou quando for o caso ou recorrer quanto a sua inabilitação, conforme estabelecido no art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2 O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato da inscrição.

14.3 O recurso será protocolado na Secretaria Municipal de Saúde, endereço indicado no item 7.1, ou no endereço eletrônico secadjas@saude.cabofrio.rj.gov.br para análise e decisão no prazo de 03 (três) dias úteis a contar de seu recebimento, podendo reconsiderar a decisão inicial conforme o caso ou remetê-lo à autoridade superior para decisão definitiva, no prazo de 10(dez) dias, conforme dispõe o art.165 e seguintes, da Lei 14.133/21.

14.4 O resultado final do processo de credenciamento e contratação será divulgado no Portal da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo após o término da fase de recurso.

15- DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CREDENCIAMENTO

15.1- Realizar os pagamentos devidos à Credenciada, nas condições estabelecidas no Edital, seus anexos e no contrato.

15.2- Atestar as notas fiscais;



15.3- Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias, utilizando metodologia usual, ou específica, e por outros componentes;

15.4- Analisar os relatórios e atividades elaborados pela Credenciada, que demonstrem o atendimento ao objeto;

15.5- Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela Credenciada, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;

15.6- Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pelos prestadores credenciados, de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços credenciados, documentando as ocorrências que porventura ocorram, visando a garantir o acesso dos servidores optantes do programa aos serviços de saúde de qualidade.

15.7- Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.

15.8- Orientar, através da Secretaria Municipal de Saúde, quanto ao fluxo dos serviços, monitorar e avaliar a quantidade de procedimentos mensais, respeitando os quantitativos credenciados ;

16- DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

São obrigações da credenciada:

16.1- Prestar atendimento especificado conforme consta neste edital aos munícipes;

16.2- Informar imediatamente ao Gestor do Credenciamento eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço ou horário de funcionamento do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual o Gestor do Credenciamento poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;

16.3- Informar imediatamente ao Gestor do Credenciamento as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam comprometer a oferta de serviços disponibilizados;

16.4- Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à FMS, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos pertinentes;

16.5- Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do responsável técnico e/ou de seu substituto;

16.6- Promover a qualificação de suas equipes profissionais;



16.7- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

16.8- Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde;

16.9- Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;

16.10- Incentivar a adesão ao tratamento;

16.11- Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;

16.12- Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

16.13- Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;

16.14- Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;

16.15- Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;

16.16- Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;

16.17- Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto;

16.18- Ter contrato de manutenção para todos os equipamentos destinados aos pacientes, visando à manutenção preventiva e ao reparo dos equipamentos que porventura apresentem defeito técnico, identificando/substituindo peças danificadas e/ou em condições precárias de uso que possam prejudicar o adequado funcionamento do equipamento;

16.19- Efetuar aferição/calibração de parâmetros mensuráveis que comprovem a acurácia do equipamento dentro da periodicidade recomendada pelo fabricante ou anualmente, valendo o que for menor. Deve estar incluído, entre outros, testes de controle de qualidade.

16.20- Orientar e treinar os profissionais quanto aos cuidados, procedimentos e protocolos de limpeza, notadamente para os equipamentos, para otimizar o seu uso e ampliar sua vida útil;

16.21- Disponibilizar cópia dos exames ao respectivo paciente;

16.22- Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, medicamentos, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

16.23- Na prestação de serviços nos locais cedidos pelo Município deverá, em caso de defeito no equipamento, consertar em 48, no local, e caso necessário, substituí-lo em 15(quinze) dias corridos.

16.24- Executar, todos os serviços, sob sua total responsabilidade, com equipamentos, insumos, toda a mão de obra especializada e administrativa, necessária para a prestação dos serviços, obrigando-se a manter durante a execução do objeto credenciado, todas condições de credenciamento, com objetivo de proporcionar aos munícipes um ótimo atendimento.

16.25- A responsabilidade exclusiva pela contratação, operacionalização, o provimento e os custos de mão de obra e de TODOS os insumos (material de expediente, médico e limpeza e higiene), bem como àqueles relacionados à desinfecção e esterilização dos materiais necessários à realização dos procedimentos, objeto deste edital, conforme critérios de segurança estabelecidos pela legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais legislações que couber, inclusive a Municipal.

16.26- Apresentar declaração de capacidade técnica, instalações, quantidade de equipamentos aptos para a realização dos serviços, quadro técnico de profissionais e respectivas escalas de trabalho para o período de 12 (doze) meses, quando da assinatura do contrato;

16.27- Poderá realizar os exames em até 30 km do prédio da Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, endereço descrito no item 7.1, deste Edital .

16.28- Encaminhar via e-mail a abertura de agendas, contendo os nomes dos especialistas, dias de consultas, procedimentos, orientações, e preparativos, para a Central de Regulação, disponibilizando no mínimo 4 dias na semana, no horário das 07:00h às 17:00h.

16.29- Realizar os atendimentos baseados no quantitativo credenciado para o período de 12 (doze) meses, conforme a demanda.

16.30- A responsabilidade técnica pela realização dos exames quanto à elaboração dos respectivos laudos e filmes com imagens;

16.31- Executar os serviços através de profissionais vinculados contratualmente com a CREDENCIADA e devidamente cadastrados no CNES;

16.32- Dispor de sistema para envio dos laudos em meio físico e eletrônico compatíveis com os do Município de Cabo Frio / RJ;

16.33- Utilizar equipamentos de tomografia "a partir" de 16 canais, para a efetiva prestação eficiente do serviço.

16.34- Os equipamentos utilizados para emissão de laudo serão de responsabilidade da Credenciada;



16.35- Fornecer aos seus funcionários, responsáveis pela execução dos serviços descritos no Termo de Referência, todos os EPI 'S necessários e preconizados pelo Ministério da Saúde.

16.36- A Credenciada não poderá cobrar do paciente ou seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados.

16.37- No caso de problemas ou pane nos equipamentos que impeçam a realização de exames e/ou procedimentos, a Credenciada terá o prazo de até 48 (vinte e quatro) horas para o conserto no local, e de 15(quinze) dias corridos, caso necessite de substituição do (s) equipamento (s).

16.38- Apresentar atestado de capacidade técnica referente ao objeto, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a capacidade do proponente em prestar serviços compatíveis em especificação, quantidade e prazos, conforme objeto deste Termo de Referência;

16.39 – Ter o responsável técnico e seu substituto com Título de Especialista pela Sociedade Científica da área afim, bem como, Registro de Qualificação de Especialista emitido pelo Conselho Regional da Categoria.

16.40. O art.142, §1, do Decreto Municipal nº 7.074/2023 estabelece os seguintes elementos:

16.40.1. Fica permitida a subcontratação do objeto do credenciamento, desde que previamente autorizada pela Administração, conforme disposto no inciso V do Decreto Municipal nº 7.074/2023. A subcontratação deverá atender aos mesmos requisitos técnicos e normativos exigidos para a Credenciada, garantindo a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. A empresa credenciada permanece integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive quanto a eventuais irregularidades ou danos decorrentes da atuação da sub credenciada.

16.40.2. Conforme o inciso VII do Decreto Municipal nº 7074/2023, os encaminhamentos dos pacientes deverão ser efetuados por intermédio de um sistema automatizado, que supervisionará o registro e a autorização dos procedimentos, garantindo a alocação equitativa das vagas entre os fornecedores devidamente credenciados.

17- DA RESPONSABILIDADE DA CREDENCIADA

17.1- Responsabilizar-se pela cobrança indevida, feita a paciente ou a seu responsável legal, por profissional, empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste Edital.

17.2- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Gestor do Credenciamento, aos pacientes ou a terceiros, quando da execução dos serviços. Essa responsabilidade da Credenciada não é excluída ou reduzida pela presença da fiscalização, ou pelo acompanhamento da execução do contrato pelo Gestor do Credenciamento.

17.3- A Credenciada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, previdenciários, cíveis, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o Gestor do Credenciamento, a



qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição para pagamento dos créditos à Credenciada.

17.4- Responsabilizar-se pela contratação de pessoal para a execução dos serviços necessários à execução do objeto deste Edital, responsabilizando-se, ainda, por todos os encargos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e fiscais ou quaisquer outras advindas das contratações, previstas na legislação em vigor.

17.5- Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da Credenciada ou ainda por funcionários terceirizados, ou da verificação da existência de débitos previdenciários decorrentes da execução do contrato pela Credenciada, com a inclusão da FMS, da Secretaria Municipal de Saúde, ou do Município de Cabo Frio, o Gestor do Credenciamento poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores cobrados, que poderão ser complementados por meio de nova retenção, em caso de insuficiência;

17.6 - Qualquer alteração que importe em modificação da natureza de microempresa ou de empresa de pequeno porte, mesmo permitindo aumento da capacidade operativa da Credenciada, poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas, de modo a preservar o caráter competitivo com as demais concorrentes.

18- DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

18.1- A execução dos serviços credenciados será objeto de acompanhamento, controle e avaliação pelo departamento competente.

18.2- A execução dos serviços credenciados será objeto de fiscalização por servidor designado (s) pela Secretaria Municipal de Saúde.

18.3- A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Credenciada por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria.

18.4- A fiscalização não implica a corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos.

18.5- Para execução da fiscalização, a Credenciada se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias.

18.6- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Credenciada, sem justificativa aceita pelo Gestor do Credenciamento, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar a aplicação de sanções legais e contratuais à Credenciada.

18.7- Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da Credenciada poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas.



18.8- A (s) Credenciada (s) facilitará(ão) o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços, prestará(ão) todos os esclarecimentos e entregará(ão) todos os documentos que lhe (s) forem solicitados.

18.9- O (s) servidor (es) designado (s) pela fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para constatação e providências cabíveis.

19- DO DESCREDENCIAMENTO

19.1- O descumprimento de quaisquer das normas e condições previstas na legislação aplicável, neste Edital e seus anexos, poderá ensejar o descredenciamento da Credenciada e a consequente rescisão do contrato.

19.2- A inabilitação ou descredenciamento poderá ocorrer em qualquer fase do Credenciamento, inclusive durante a vigência do contrato, caso o(s) servidor(es) designado(s) para fiscalização do objeto do contrato tome(m) conhecimento de fatos supervenientes que desabonem a idoneidade da proponente, que comprovem a falsidade das informações prestadas ou quaisquer outros que contrariem as disposições contidas neste Edital ou na legislação aplicável.

19.3- As Credenciadas não terão direito a indenização em decorrência do descredenciamento, garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data do ato.

19.4- No caso de descredenciamento fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.5- A Credenciada poderá requerer seu descredenciamento, por meio de documento formal endereçado à Secretaria Municipal de Saúde, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

19.6- Conforme disposto no inciso VIII do Decreto Municipal nº 7074/2023, a CREDENCIADA poderá renunciar unilateralmente ao credenciamento, sem a aplicação de penalidades ou ônus, desde que notifique a Administração Pública (Secretaria Municipal de Saúde), por meio de documentação formal com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, assegurando a continuidade da prestação dos serviços até o efetivo desligamento.

20- DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

20.1- O prazo para recebimento dos requerimentos de habilitação poderá ser adiado ou prorrogado, sem que caia aos interessados quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

20.2- O presente Credenciamento poderá ser revogado em face de razões de interesse público, mediante decisão fundamentada, por motivo superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ainda ser anulado por



ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, assegurado o devido processo legal.

20.3- A(s) credenciada(s) não terão qualquer direito à indenização em decorrência da anulação/revogação do Credenciamento, sendo-lhe assegurado apenas o pagamento pelos serviços prestados até a data do ato.

21- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O presente procedimento de credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

21.2 A Administração não se obriga a contratar os serviços globalmente quantificados neste Edital em sua totalidade com uma única empresa, podendo ordenar o início dos serviços imediatamente após a contratação;

21.3 O credenciamento passa a constar do rol de prestadores de serviços habilitados na especialidade objeto do edital, ficando o acionamento deste serviço dependente da busca espontânea do paciente, quando portador de requisição/encaminhamento autorizado pelos setores competentes da Gestão da Saúde.

21.4 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, através do protocolo geral no endereço indicado no item 7.1 ou endereço eletrônico secadjas@saude.cabofrio.rj.gov.br.

21.5 É de inteira responsabilidade dos interessados acompanharem as informações e os resultados disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde ou divulgados no Portal da Prefeitura Municipal de Cabo Frio-RJ.

21.6 Em conformidade com o inciso IX do **Decreto Municipal nº 7074/2023**, fica **expressamente proibida** a adesão de outros órgãos e entidades da Administração Pública ao presente credenciamento. Assim, o vínculo contratual decorrente deste chamamento restringe-se exclusivamente à Administração responsável, **vedando-se qualquer forma de cessão, compartilhamento ou descentralização do credenciamento para terceiros.**

21.7 A CREDENCIADA deverá iniciar a prestação dos serviços **imediatamente após a assinatura do contrato** e o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Administração. O não cumprimento desta obrigação sem justificativa prévia e aceita pela GESTOR DO CREDENCIAMENTO poderá ensejar a aplicação de penalidades conforme previsto neste Edital.

22 RELAÇÃO DE ANEXOS

I- TERMO DE REFERÊNCIA



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

- II- SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO;
- III- MODELO DE DECLARAÇÃO DE MENOR;
- IV- MODELO DE DECLARAÇÃO DE SERVIDOR;
- V- MODELO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR;
- VI- MODELO DE PROCURAÇÃO;
- VII- MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- VIII- TABELA DIFERENCIADA DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO;
- IX- TABELA ESTIMATIVA ANUAL E MENSAL

Cabo Frio/RJ, em 14 de abril de 2025.

Beatriz Cavalcanti Trindade Marins
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 240403811

BEATRIZ CAVALCANTI TRINDADE MARINS
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

1 – DO OBJETO:

Credenciar empresas especializadas na prestação de serviços complementares de Saúde, descritos no item 1.2, deste Termo, em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, discriminados nos códigos e procedimentos constantes na Tabela Diferenciada do Município de Cabo Frio, para atender as demandas oriundas dos atendimentos gerados pela rede de saúde do município de Cabo Frio/RJ, pelo período de 12 (doze) meses, mediante preços fixados na Tabela Diferenciada do Município de Cabo Frio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no atual instrumento e seus anexos.

1.2. Os serviços e quantitativos são:

- Diagnóstico em laboratório clínico: 120.000 procedimentos mensais estimados.
- Diagnóstico por tomografia: 3.000 procedimentos mensais estimados.
- Diagnóstico por radiologia: 1.500 procedimentos mensais estimados.
- Diagnóstico por medicina nuclear in vivo: 120 procedimentos mensais estimados.
- Diagnóstico em otorrinolaringologia: 500 procedimentos mensais estimados.

2 – DO ÓRGÃO SOLICITANTE:

2.1. Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA).

3 – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CREDENCIAÇÃO :

A contratação dos serviços complementares de saúde tem como objetivo assegurar o atendimento integral e de qualidade aos munícipes de Cabo Frio. Os avanços nas técnicas médicas e o aumento da demanda por procedimentos especializados superaram a capacidade das unidades municipais de saúde.

Além disso, existem demandas reprimidas que precisam ser atendidas com urgência, garantindo a universalidade e a equidade no acesso aos serviços de saúde, conforme preceitos constitucionais e os princípios que regem o SUS. A terceirização de procedimentos complementares que não são contemplados pelas unidades municipais permitirá o aumento da cobertura e a celeridade no atendimento, atendendo, assim, às necessidades de saúde da população local.

A medida visa também proporcionar maior humanização e eficiência no cuidado aos pacientes, utilizando recursos técnicos e profissionais adequados para atender com excelência às demandas emergentes e de rotina do sistema municipal de saúde.



Portanto, é fundamental realizar esse credenciamento para garantir a eficácia do atendimento aos pacientes em serviços especializados, assegurando que os serviços prestados aos usuários funcionem plenamente e mantenham a mais alta qualidade.

4 – DA SOLUÇÃO:

A solução proposta consiste no credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços complementares de saúde, que atuarão de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Cabo Frio.

Os serviços credenciados deverão atender integralmente às demandas reprimidas e aos novos encaminhamentos gerados pelas unidades municipais de saúde, com a qualidade técnica e o padrão de atendimento exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

A prestação dos serviços será realizada conforme a Tabela Diferenciada do Município de Cabo Frio e as especificações estabelecidas no Edital e seus anexos. O controle e o monitoramento serão realizados por meio de auditorias, avaliações periódicas e instrumentos de fiscalização adotados pela administração pública, garantindo a plena aderência às normas técnicas e legais aplicáveis.

Essa estratégia permitirá maior celeridade e eficiência no atendimento à população, promovendo uma saúde mais acessível, humanizada e de qualidade para todos os munícipes.

5 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

A modalidade de contratação adotada será o Chamamento Público, com base no artigo 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o artigo 79 e seus incisos.

Essa modalidade é justificada pela necessidade de credenciamento de pessoas jurídicas especializadas em serviços de saúde complementares, que atuarão em regime de prestação de serviços contínuos ao Sistema Único de Saúde (SUS), de forma a atender às demandas oriundas da rede municipal de saúde de Cabo Frio.

Por se tratar de uma contratação baseada na inexigibilidade de licitação, a análise das condições de habilitação será realizada pela Comissão Especial de Seleção, que verificará os requisitos e documentos exigidos no edital e seus anexos, assegurando a legalidade, a eficiência e a transparência do processo.

O credenciamento permanecerá aberto por prazo indeterminado, conforme disposto neste documento.

6 – DO MEMORIAL DESCRITIVO:



6.1. Os serviços complementares de saúde a serem prestados, com os respectivos procedimentos e quantitativos mensais estimados, são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
01- Diagnostico em laboratorio clinico	Exames laboratoriais especializados	Procedimentos	120.000	1.440.000
02- Diagnóstico por tomografia	Tomografia especializada	Procedimentos	3.000	36.000
03-Diagnóstico por radiologia	Radiografias e exames radiológicos	Procedimentos	1.500	18.000
04- Diagnóstico por medicina nuclear	Cintilografia e exames correlatos	Procedimentos	120	1.440
05- Diagnóstico por otorrinolaringologista	Consultas e procedimentos especializados	Procedimentos	500	6.000

6.2. Os serviços prestados deverão atender aos padrões técnicos exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, conforme os critérios especificados na Tabela Diferenciada do Município de Cabo Frio e demais anexos do T.R de Chamamento Público.

O resultado do levantamento quantitativo e os valores de referência estão detalhados no Anexo II do T.R.

7 – DO VALOR E PROPOSTA:

7.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 20.714.958,48 (vinte milhões, setecentos e quatorze mil, novecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), conforme os custos resultantes da pesquisa de preços e os valores apresentados no ANEXO II do T.R.

7.2. A proposta deverá ser digitada, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e deverá conter os seguintes elementos:

7.2.1. Indicar CNPJ, e-mail, endereço e telefone de contato;



7.2.2. Especificação do item com preço unitário e total expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, relativo ao item cotado, já inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2.3. Declarar expressamente a concordância com as condições constantes no Termo de Referência e no Edital.

8 – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

As propostas apresentadas serão avaliadas conforme os critérios definidos no Edital de Chamamento Público e neste Termo de Referência, observando-se os seguintes pontos:

8.1. Adequação à Especificação: A proposta deverá atender integralmente às especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital.

8.2. Consulta a Cadastros Oficiais: Antes da contratação, serão verificadas as condições de habilitação por meio de consulta ao SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

8.3. Da Habilitação Jurídica:

8.3.1. Cédula de Identidade do responsável legal.

8.3.2. Conforme o tipo societário serão exigidos os itens na seguinte forma:

8.3.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

8.3.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou

8.3.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

8.3.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



8.3.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de **empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País**, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3.3. Prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em repartições competentes, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como da ata de eleição do termo de investidura dos representantes legais da pessoa jurídica.

8.3.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

8.4.6. Certidão de Regularidade da **Fazenda Municipal**, da sede do proponente;

8.4.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão



ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.5. Da Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1. Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Cabo Frio, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

8.5.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.6. Das Declarações:

8.6.1. Declaração de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores do Município de Cabo Frio-RJ, em cumprimento aos requisitos **do artigo 9º, §1º, da Lei nº 14.133/21.**

8.6.2. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.**

8.6.3. Declaração de Cumprimento de Reserva de Cargos, na forma do **artigo 63, IV, da Lei nº 14.133/21.**

8.7. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Termo de Referência pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

8.8. O não cumprimento de qualquer uma das condições acima poderá resultar na desclassificação da proposta. A contratação será efetivada com os fornecedores que atenderem a todos os requisitos e apresentarem os menores preços para os serviços cotados.

9 – DO PAGAMENTO:

9.1. Forma de Pagamento:

9.1.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CREDENCIADA.

9.1.2. A data do pagamento será considerada o dia em que constar como emitida a ordem bancária.



9.2. Prazo de Pagamento:

9.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde.

9.2.2. Considera-se recebido o documento quando for atestada a execução dos serviços conforme os termos estabelecidos no contrato.

9.2.3. No caso de atraso pelo GESTOR DO CREDENCIAMENTO, os valores devidos ao CREDENCIAMENTO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.3. Condições de Pagamento:

9.3.1. A emissão da Nota Fiscal deverá ser precedida do recebimento definitivo dos serviços prestados, conforme disposto no Edital e neste Termo de Referência.

9.3.2. As Notas Fiscais deverão:

9.3.2.1. Ser discriminativas, emitidas em 2 (duas) vias, e atestadas por 2 (dois) servidores designados pelo setor competente;

9.3.2.2. Conter o prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão GESTOR DO CREDENCIAMENTO, período de execução do contrato, valor a pagar e possíveis retenções tributárias.

9.3.3. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o pagamento será suspenso até a regularização pela CREDENCIADA, sem ônus para a Administração. O prazo de pagamento iniciará após a correção do documento.

9.4. Regularidade Fiscal:

9.4.1. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, verificada por meio de consulta on-line ao SICAF ou em sítios eletrônicos oficiais, conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Antes de cada pagamento, a Administração consultará o SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação e eventuais ocorrências impeditivas. Caso seja constatada alguma irregularidade, a CREDENCIADA será notificada e terá 5 (cinco) dias



úteis para regularizar sua situação ou apresentar defesa, prorrogáveis por igual período a critério da Administração.

9.4.3. Persistindo a irregularidade, serão adotadas as medidas administrativas necessárias, incluindo a rescisão do credenciamento, assegurando-se a ampla defesa.

9.5. Critérios de Reajuste:

9.5.1. Os preços credenciados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 1 (um) ano.

9.5.2. Após este prazo, será admitido reajuste com base no índice IPCA-E, conforme o art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação da CREDENCIADA.

9.5.3. O reajuste será aplicável somente às obrigações iniciadas e concluídas após o interregno de 1 (um) ano.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO:

10.1. Prazo e Vigência:

10.1.1. O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogado, conforme os arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse público devidamente justificado e vantajosidade para a Administração.

10.1.2. Durante o período de vigência do Chamamento Público, poderão ser realizados novos credenciamentos, observadas as condições estabelecidas no edital e no presente Termo de Referência, em consonância com o art. 142, §3º da Lei nº 14.133/2021, que admite a contratação de novos interessados nas mesmas condições inicialmente estabelecidas, enquanto vigente o procedimento de credenciamento.

10.2. A execução do credenciamento será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. O fiscal do credenciamento deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando o que for necessário para a correção de eventuais irregularidades.

10.3. Caso sejam verificadas situações que ultrapassem a competência do fiscal, estas deverão ser comunicadas aos superiores, em tempo hábil para a adoção de medidas apropriadas.



10.4. A CREDENCIADA será responsável por reparar, corrigir, substituir ou remover, a suas expensas, qualquer vício ou defeito nos serviços prestados, conforme o art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. Os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da CREDENCIADA, conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/2021, não sendo excludente o acompanhamento ou fiscalização por parte da Administração.

10.6. A CREDENCIADA será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços, conforme o art. 121 da Lei nº 14.133/2021. A inadimplência em relação a esses encargos não transfere à Administração qualquer responsabilidade ou ônus.

10.7. Antes do pagamento de qualquer Nota Fiscal, será consultada a situação da empresa junto ao SICAF, sendo exigida a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.8. As comunicações entre a Administração e a CREDENCIADA deverão ser feitas por escrito, podendo, em situações excepcionais, ser realizadas por mensagem eletrônica, conforme a necessidade administrativa.

11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. A fiscalização da execução dos serviços decorrentes do Termo de Credenciamento será realizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. A indicação dos fiscais constará no Documento de Formalização de Demanda (DFD) ou em documento análogo do processo administrativo.

11.2. Atividades da Fiscalização:

11.2.1. Acompanhar e monitorar a execução dos serviços, verificando sua conformidade com os termos do credenciamento.

11.2.2. Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relevantes referentes à execução dos serviços, inclusive eventuais irregularidades, e determinar as ações necessárias para correção das falhas observadas.



11.2.3. Notificar por escrito ao Gestor sobre falhas, atrasos ou descumprimento das obrigações, caso não seja possível solucioná-las diretamente com o representante da CREDENCIADA.

11.2.4. Atestar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CREDENCIADA, verificando o correto preenchimento e o adimplemento das obrigações referentes ao período.

11.2.5. Manter cópias ou registros de todas as informações relevantes sobre a execução dos serviços e documentos pertinentes ao credenciamento.

11.2. 6. Elaborar relatórios circunstanciados de acompanhamento da execução, quando solicitado.

11. 3. A existência de fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade única, integral e exclusiva da CREDENCIADA pelos serviços prestados e pelas consequências de sua execução, conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. As decisões que excedam a competência do fiscal deverão ser comunicadas formalmente à autoridade administrativa superior em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

11.5. A CREDENCIADA será responsável por ressarcir imediatamente à Administração quaisquer prejuízos apurados em decorrência de falhas ou irregularidades nos serviços prestados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

11.6. Caberá ao gerente e fiscais do contrato estabelecer prazos e desenvolver instrumentos para a avaliação qualitativa dos serviços credenciados, assim como da satisfação dos usuários dos serviços, utilizando para tal, a mesma base metodológica do Programa Nacional de Avaliação de Saúde – PNASS – do Ministério da Saúde.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CREDENCIAMENTO :

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, conforme o Termo de Credenciamento e seus anexos.

12.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços prestados, adotando medidas para garantir o cumprimento das condições estabelecidas.

12.3. Receber os serviços nas condições e prazos previstos no Termo de Referência e no Edital.



12.4. Notificar a CREDENCIADA, por escrito, sobre quaisquer falhas, vícios ou incorreções nos serviços prestados, para que sejam corrigidos ou ajustados às suas expensas.

12.5. Efetuar os pagamentos à CREDENCIADA de acordo com os prazos, forma e condições estabelecidos no Termo de Credenciamento.

12.6. Aplicar à CREDENCIADA as penalidades cabíveis, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas.

12.7. Encaminhar ao órgão jurídico competente do Município as demandas necessárias à adoção de medidas administrativas ou judiciais em caso de descumprimento das obrigações.

12.8. Emitir decisões sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Termo de Credenciamento, salvo quando forem manifestamente impertinentes, protelatórias ou desprovidas de interesse.

12.9. Decidir sobre os requerimentos apresentados no prazo de 30 (trinta) dias, admitida prorrogação por igual período, desde que devidamente justificada.

12.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, mesmo que relacionados à execução dos serviços, nem por danos a terceiros decorrentes de atos ou omissões da CREDENCIADA, de seus empregados ou prepostos, conforme o art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

13.1. A CREDENCIADA deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços, conforme os termos do credenciamento e a legislação vigente.

13.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços, conforme os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

13.1.3. Reparar, corrigir, substituir ou ajustar, às suas expensas e no prazo fixado pela GESTOR DO CREDENCIAMENTO, quaisquer serviços que apresentem vícios ou defeitos decorrentes de sua execução.



13.1.4. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros, não excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento dos serviços pela GESTOR DO CREDENCIAMENTO.

13.1.5. Manter atualizada, durante toda a vigência do credenciamento, a documentação exigida para habilitação, incluindo certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.6. Cumprir integralmente as obrigações previstas em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais e tributárias, sendo estas de responsabilidade exclusiva da CREDENCIADA.

13.1.7. Comunicar ao GESTOR DO CREDENCIAMENTO, em até 24 (vinte e quatro) horas, sobre qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento dos serviços, com a devida comprovação.

13.1.8. Manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da prestação dos serviços.

13.1.9. Paralisar imediatamente qualquer atividade, por determinação da GESTOR DO CREDENCIAMENTO, que não esteja sendo executada conforme os padrões técnicos ou que possa colocar em risco pessoas ou bens.

13.1.10. Arcar com os custos decorrentes de equívocos em sua proposta, salvo nos casos previstos no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

13.1.11. Observar e cumprir todas as normas de segurança e regulamentos técnicos aplicáveis ao objeto dos serviços prestados.

13.1.12. Essas obrigações visam garantir a qualidade dos serviços prestados, a segurança dos usuários e o cumprimento das disposições legais e contratuais.

13.2. Execução dos Serviços:

13.2.1. Prestar os serviços oftalmológicos em conformidade com as normas e diretrizes do **Sistema Único de Saúde (SUS)** e as normas da **Secretaria Municipal de Saúde**, garantindo qualidade, segurança e eficiência no atendimento aos usuários.

13.2.2. Manter infraestrutura adequada e equipe técnica desenvolvida para a realização dos procedimentos, conforme os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.



13.2.3. Obedecer aos protocolos clínicos, normas sanitárias e regulamentos específicos para a área oftalmológica.

13.2.4. Reparar, concordar, refazer ou substituir, às suas despesas e no prazo estipulado pelo **GESTOR DO CREDENCIAMENTO**, qualquer serviço que apresente falhas, vícios ou defeitos.

13.2.5. Informar ao **GESTOR DO CREDENCIAMENTO**, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência que possa afetar a prestação dos serviços.

14. DAS VEDAÇÕES À CREDENCIADA:

14.1. São expressamente vedadas à CREDENCIADA:

14.1.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **GESTOR DO CREDENCIAMENTO**, durante a vigência do contrato;

14.1.2. A veiculação de publicidade acerca do, salvo se houver prévia autorização do **GESTOR DO CREDENCIAMENTO**;

14.1.3. A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato.

15 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

15.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

15.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

15.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

15.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do **GESTOR DO CREDENCIAMENTO** local em que foi executado o objeto credenciado, dentre outros documentos.



15.2. O fornecedor poderá ainda utilizar o disposto no art. 124 do Decreto Municipal nº 7074/2023, para apresentar outras formas de comprovação.

16. DA DECLARAÇÃO LEI Nº 101/2000 ART. 16 e 17:

16.1. Declaração que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CREDENCIADA que:

17.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total dos serviços credenciados.

17.1.2. Não mantiver a documentação de habilitação atualizada durante o período de vigência do credenciamento.

17.1.3. Deixar de entregar documentos ou informações exigidos para a execução dos serviços.

17.1.4. Fraudar informações ou apresentar documentos ou declarações falsas durante o credenciamento ou sua execução.

17.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega dos serviços sem justificativa aceita pela Administração.

17.1.6. Praticar atos ilícitos que causem dano à Administração ou terceiros.

17.1.7. Praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

17.2. Sanções Aplicáveis:

17.2.1. Advertência: Aplicada em caso de inexecução parcial dos serviços, desde que não justifique penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

17.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar: Aplicado nas condutas graves que justifiquem a penalidade, por prazo não superior a 3 anos (art. 156, §4º).

17.2.3. Declaração de Inidoneidade: Aplicada em casos de fraudes ou práticas ilícitas que inviabilizam a manutenção do credenciamento (art. 156, §5º).

17.2.4. Multa:

17.2.4.1. Moratória: Até 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor dos serviços inadimplidos, até o limite de 30 dias.

17.2.4.2. Compensatória: Até 20% sobre o valor dos serviços não executados, em caso de inexecução parcial ou total dos serviços credenciados.



17.3. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente (art. 156, §7º), e a aplicação de multa ou outra penalidade não exclui a obrigação de reparação integral de danos causados à Administração (art. 156, §9º).

17.4. Procedimentos para Aplicação de Sanções:

17.4.1. A aplicação de qualquer sanção será precedida de processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, com prazo de 15 dias úteis para defesa escrita (art. 157).

17.4.2. Caso a multa aplicada seja superior ao valor devido à CREDENCIADA, a diferença será cobrada judicialmente ou descontada da garantia prestada, se houver (art. 156, §8º).

17.4.3. As penalidades aplicadas deverão ser registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme o art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

17.5. Rescisão do Credenciamento:

17.5.1. A inexecução total ou parcial dos serviços poderá ensejar a rescisão do credenciamento, conforme os artigos 137 a 139 e 155 da Lei nº 14.133/2021. A rescisão será formalmente motivada, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, e deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.5.2. As penalidades e a rescisão contratual serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

18. CONDIÇÕES GERAIS:

18.1. A Administração terá direito a vistoriar as instalações, aparelhos e locais de prestação dos serviços das credenciadas a qualquer tempo, sem a necessidade de prévia comunicação;

18.2. A credenciada deverá estar estabelecida dentro do território do Município, ou no raio de 30 quilômetros da sede da Secretaria Municipal de Saúde, no endereço descrito no item 7.1, deste edital.

18.3. Na hipótese de existirem duas empresas ou mais interessadas em credenciar-se para o mesmo serviço, dar-se-á preferência ao credenciamento, respeitado a condição do parágrafo anterior (territorialidade), sopesando-se, ainda, os custos que o Município tem com deslocamentos dos pacientes.

18.4. Sem prejuízo das sanções estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração a qualquer tempo poderá rescindir o contrato por decisão fundamentada, quando da ocorrência de fato superveniente ou circunstância desabonadora da credenciada;



18.5. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, a seu critério, criar, modificar, suspender, anular ou extinguir quaisquer tipos de procedimentos objeto deste edital, sem que disto decorra qualquer direito aos participantes;

18.6. As omissões deste Termo de Referência serão supridas pelo instrumento contratual, Leis Federais nº 8.080/90 e 14.133/21, e suas alterações, Manual de Orientações para Contratação de Serviços no SUS, com as demais normas do Sistema Único de Saúde, princípios norteadores da Administração Pública e pelos princípios de Direito Público.

19. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

19.1. Termo de Referência elaborado segundo o Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar presente nos autos do **Processo nº 3760/2025**.

Elaborador	Matrícula	Rubrica
<i>Mariana Salles Simoni</i>	<i>250403007</i>	

20. DA AUTORIZAÇÃO:

20.1. Autorizo o prosseguimento com o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda Administração Pública e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública;

20.2. Nos casos em que couber, deverão ser observadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 6.845 de 12 de maio de 2022, no qual tange a retenção de tributos no pagamento de fornecedores.

21. RELAÇÕES DOS ANEXOS:

21.1. Anexo I - Produção

21.1.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio informa que, em 2024, foram realizadas 7.142 mamografias, um importante serviço na promoção da saúde da mulher no município. A mamografia é um exame essencial para a detecção precoce de alterações mamárias, contribuindo significativamente para o diagnóstico precoce do câncer de mama.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

É importante destacar que, em Cabo Frio, não existe fila de espera para a realização deste exame, uma vez que a mamografia é oferecida com livre demanda. Isso significa que as mulheres podem agendar seus exames de forma rápida e acessível, sem a necessidade de esperar por longos períodos. Essa estratégia visa garantir que todas as mulheres tenham acesso a esse serviço vital, promovendo a saúde e o bem-estar da população.

Cabo Frio, 19 de Fevereiro de 2025.

BEATRIZ CAVALCANTI TRINDADE MARINS
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO II
SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

À Comissão de Credenciamento, Sr.(a) Presidente,

Tendo tomado conhecimento do edital de Chamamento Público nº 02/2025, originário do processo **3760/2025** e, ciente de seus termos e condições, apresento a seguir nossa identificação jurídica para ao fim requerer:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço da sede ou filial a credenciar:
Telefone empresarial e/ou e-mail e/ou outros contatos
Informações Bancárias: Banco: Agência: Conta Corrente:
Observações:

Prestadas as informações iniciais e em vista dos documentos ora juntados solicitar o credenciamento.

Cabo Frio/RJ, ____ de _____ de 2025.

(Assinatura) Identificação da Razão Social
Identificação do Sócio Administrador ou Representante Constituído



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO INC. XXXIII
DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(razão social da empresa proponente), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.

(a) _____, portador

(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____

DECLARA, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Cabo Frio/RJ, ____ de _____ de 2025.

(Assinatura) Identificação da Razão Social
Identificação do Sócio Administrador ou Representante Constituído



ANEXO IV
DECLARAÇÃO QUE A EMPRESA NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO EM SEU
QUADRO

Declaro que a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, participante da chamada pública _____, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista desta municipalidade.

Cabo Frio/RJ, ____ de _____ de 2025.

(Assinatura) Identificação da Razão Social
Identificação do Sócio Administrador ou Representante Constituído



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU
CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

(razão social da empresa proponente), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) O Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cabo Frio/RJ, ____ de _____ de 2025.

(Assinatura) Identificação da Razão Social
Identificação do Sócio Administrador ou Representante Constituído



ANEXO VI
INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

A Empresa....., sediada à Rua (Av., Al., etc.),

cidade....., estado....., inscrita no CNPJ sob nº, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), através do presente instrumento, constitui, para os fins de representação perante à chamada pública XXXXX/XXXX, realizado pelo Município de Cabo Frio/RJ, o(a) Sr. (a.), portador(a) da cédula de identidade (ou outro tipo de documento de identificação) RG nº....., com amplos poderes de decisão, podendo, para tanto, prestar esclarecimentos, assinar contratos/termo de credenciamento, interpor e renunciar a recursos, receber notificações e intimações,... (demais poderes considerados necessários) e em nome desta empresa atuar para defender seus direitos.

_____, em _____ de _____ de 2025.

(Assinatura) Identificação da Razão Social
Identificação do Sócio Administrador ou Representante Constituído

OBSERVAÇÕES:

- a) Este documento apresenta sugestão de instrumento, devendo ser preenchido e assinado por seu **representante legal** e juntado ao processo de credenciamento se for o caso
- b) Em qualquer dos casos (este Anexo ou Procuração) deverá ser juntado documento que comprove o poder de delegação do outorgante.



ANEXO VII
MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº XX/XXX

TERMO DE CREDENCIAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CABO FRIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DE OUTRO LADO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com fulcro nas Leis Federais nº. 14.133/21, nº 8080/90 e 101/2000.

O **MUNICÍPIO DE CABO FRIO / RJ**, neste ato representado pelo Secretária Municipal de Saúde, localizado na Rua Fagundes Varela, s/nº, São Cristóvão, inscrito no CNPJ nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX., **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nomeado pela Portaria nº XXXX, de XX/XX/XX, portador da C. I. nº XXXXXXXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, e de outro lado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada simplesmente **CREDENCIADO(A)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na (endereço), neste ato representado por, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) da C. I. nº. xxxxxxxxxxxx, expedida pelo xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº. xxxxxxxxxxxxxxxx, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº 3760/2025, contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O presente Termo fica vinculado à Lei Federal nº. 14.133/21, Lei nº 8080/90 e suas alterações, Lei Complementar Federal nº 101/00, bem como pelos preceitos de Direito Público e pelas Cláusulas deste Termo.

Parágrafo Único - A CREDENCIADA declara conhecer todas as normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS na prestação de serviços de imagens, no item 1.3, do respectivo Edital, em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, discriminados nos códigos e procedimentos constantes na Tabela DIFERENCIADA, para atender as demandas oriundas dos atendimentos gerados pela rede de saúde do município de Cabo Frio/RJ, pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: Os serviços serão executados pela Credenciada, sob sua total responsabilidade, com equipamentos médicos próprios, insumos, toda a mão de obra especializada e administrativa, necessária para a prestação dos serviços, nos termos desta cláusula e da cláusula quarta, obrigando-se a manter durante a execução do objeto credenciado, todas condições de credenciamento



elencadas no item 4 do Edital, com objetivo de proporcionar aos munícipes um ótimo atendimento.

Parágrafo Primeiro -- Será de responsabilidade exclusiva da Credenciada, a contratação, a operacionalização, o provimento e os custos de mão de obra e de TODOS os insumos (material de expediente, médico e limpeza e higiene), bem como àqueles relacionados à desinfecção e esterilização dos materiais necessários à realização dos procedimentos, objeto deste edital, conforme critérios de segurança estabelecidos pela legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais legislações que couber, inclusive a Municipal;

Parágrafo Segundo - Apresentar declaração de capacidade técnica, instalações, quantidade de equipamentos aptos para a realização dos serviços, quadro técnico de profissionais e respectivas escalas de trabalho para o período de 12 (doze) meses, quando da assinatura do contrato;

Parágrafo Terceiro - A Credenciada disponibilizará local com espaço físico em condições adequadas, com refrigeração (ar condicionado), onde no ambiente conterà:

- a) Área exclusiva ou compartilhada para recepção, sala de espera e banheiros;
- b) Sala para consultório (01 sala);
- c) Sala para instalar os aparelhos de ultrassonografia;
- d) Sala mobiliada para marcação dos procedimentos, que servirá como apoio administrativo e estoque.

Parágrafo quarto - Caso não haja a necessidade de contratação de mais de uma empresa, àquela que se credenciar, terá o seu teto equivalente a 100% do montante estimado.

Parágrafo quinto - A Credenciada deverá ser responsável pela abertura de agendas, contendo os nomes dos especialistas, dias de consultas, orientações quanto aos procedimentos e preparativos e seus respectivos agendamentos.

Parágrafo Sexto - A Credenciada deverá realizar os atendimentos baseados no quantitativo credenciado para o período de 12 (doze) meses conforme a demanda.

Parágrafo sétimo - A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela autorização e avaliações, através da Central de Regulação Municipal.

Parágrafo oitavo - A Secretaria Municipal de Saúde deverá orientar quanto ao fluxo dos serviços, monitorar e avaliar a quantidade de procedimentos mensais, respeitando os quantitativos credenciados;

Parágrafo Nono - A CREDENCIADA é a responsável técnica pela realização dos exames quanto à elaboração dos respectivos laudos e filmes com imagens;

Parágrafo Décimo - Os serviços só poderão ser executados por profissionais que possuem vínculo com a CREDENCIADA e devidamente cadastrados no CNES;



Parágrafo Décimo Primeiro - A CREDENCIADA deverá dispor de sistema para envio dos laudos em meio físico e eletrônico compatíveis com os do Município de Cabo Frio/ RJ;

Parágrafo Décimo Segundo - Os equipamentos utilizados para emissão de laudo serão de responsabilidade da CREDENCIADA;

Parágrafo Décimo Terceiro - A CREDENCIADA não poderá cobrar do paciente, ou seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados.

Parágrafo Décimo Quarto - No caso de problemas ou pane nos equipamentos médicos que venham a impedir a realização de exames e/ou procedimentos, a CREDENCIADA terá o prazo de até 48(quarenta e oito horas) para o conserto no local, e 15(quinze) dias, para substituição do equipamento, caso necessário.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

I - A CREDENCIADA obriga-se a:

- a) A CREDENCIADA deverá realizar os atendimentos/procedimentos somente quando indicados pela Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, agendados pelo Sistema de Regulação Municipal;
- b) A cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou de seus responsáveis acarretará imediata rescisão do contrato e sujeição à Declaração de Inidoneidade e responsabilização Cível e Criminal;
- c) A CREDENCIADA deverá assumir integral responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando o GESTOR DO CREDENCIAMENTO a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos;
- d) A CREDENCIADA para a prestação dos serviços de Saúde, deverá ter médico responsável e técnico habilitado, registrado no Conselho Regional de Medicina, e profissional legalmente habilitado para substituí-los.
- e) A CREDENCIADA deverá entrar em contato com os pacientes se houver qualquer mudança no agendamento.
- f) A CREDENCIADA deverá ser responsável pela abertura de agendas, contendo os nomes dos especialistas, dias de consultas, procedimentos, orientações, e preparativos.
- g) A CREDENCIADA deverá apresentar atestado de capacidade técnica referente ao objeto, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a capacidade do proponente em prestar serviços compatíveis em especificação, quantidade e prazos, conforme objeto deste Termo de Referência;



- h) O responsável técnico e seu substituto devem possuir Título de Especialista pela Sociedade Científica da área afim, bem como, Registro de Qualificação de Especialista emitido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; médico e seu substituto deverão possuir registro no C.R.M.
- i) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato sem prévia e expressa anuência do GESTOR DO CREDENCIAMENTO;
- j) Assumir inteira responsabilidade pelos serviços prestados ora credenciados e efetua-los conforme as especificações do Termo de Referência;
- k) Assumir as despesas que incidirem ou incidam sobre o Contrato, com exceção da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, cuja publicação será providenciada pela Administração;
- l) Atender prontamente quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do Contrato;
- m) Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- n) Disponibilizar quantitativo de profissionais em número compatível, de forma que os serviços sejam realizados de forma ágil, evitando o acúmulo de demanda;
- o) Responder pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, independente da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização, ou o acompanhamento pelo Gestor do Credenciamento;
- p) Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus técnicos durante a execução do serviço, ainda que nas dependências do GESTOR DO CREDENCIAMENTO;
- q) Comunicar ao GESTOR DO CREDENCIAMENTO, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- r) Credenciar, por escrito, junto ao GESTOR DO CREDENCIAMENTO, preposto idôneo, com poderes de decisão para representá-la administrativamente sempre que for necessário, durante o período de vigência do contrato;
- s) Acatar as orientações do GESTOR DO CREDENCIAMENTO, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- t) Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização do GESTOR DO CREDENCIAMENTO;



u) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo GESTOR DO CREDENCIAMENTO em até 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação;

v) Responsabilizar-se pelo fornecimento dos insumos, materiais, dos profissionais, dos equipamentos, quando da realização dos exames nas dependências disponibilizada pelo GESTOR DO CREDENCIAMENTO.

w) Disponibilizar 01 (uma) Linha de telefone fixo.

x) Apresentar a relação dos profissionais com o respectivo horário de trabalho e indicação do CBO de cada categoria, cópia da carteira do Conselho Regional respectivo; cópia do diploma de todos os profissionais envolvidos nas ações a serem executadas, bem como os comprovantes de especialização dos profissionais médicos (títulos de especialista emitido pela sociedade médica reconhecida ou residência médica na área de atuação).

y) Seguir as normas e protocolos estabelecidos pela Secretaria de Saúde, que serão repassados em reunião após assinatura do contrato;

z) Será de responsabilidade exclusiva da CREDENCIADA, a contratação, a operacionalização, o provimento e os custos dos insumos relacionados à desinfecção e esterilização dos materiais necessários à realização dos procedimentos objeto deste edital, conforme critérios de segurança estabelecidos pela legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais legislações que pertinentes.

1. Apresentar declaração de capacidade técnica, quando da assinatura do contrato, quantidade de equipamentos aptos para a realização dos serviços, quadro técnico de profissionais e respectivas escalas de trabalho para o período de 12 (doze) meses.

2. Nos casos de problemas ou pane nos equipamentos médicos, que venham a impedir a realização de exames e/ou procedimentos, a CREDENCIADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a substituição do (s) mesmo (s).

3. É obrigatório que a CREDENCIADA disponha de equipamento de tomografia computadorizada com, no mínimo, 16 canais, para atender às exigências deste chamamento público.

4. É essencial que a empresa CREDENCIADA esteja situada a, no máximo, 30 km da Secretaria de Saúde.

II - O MUNICÍPIO obriga-se a:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por servidor permanentemente designado, nos termos do art. 67, da Lei nº.14.133/21;

b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CREDENCIADA com relação ao objeto do contrato;



- c) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço;
- d) Notificar por escrito à CREDENCIADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- e) Aplicar as penalidades cabíveis no caso de descumprimento do contrato, garantindo a prévia defesa;
- f) Efetuar o pagamento dos serviços prestados dentro do prazo estipulado, após a revisão administrativa do setor competente;
- g) Comunicar à CREDENCIADA quaisquer irregularidades observadas na execução do serviço credenciado .
- i) A Secretaria de Saúde se reserva ao direito de realizar visitas técnicas de acordo com a necessidade.
- j) A secretaria municipal de saúde de Cabo Frio deverá orientar quanto ao fluxo dos serviços, monitorar e avaliar a quantidade de procedimentos mensais

Parágrafo Único - As partes obrigam-se a cumprir as disposições do Decreto Municipal nº 7.074/2023, garantindo a observância dos requisitos e diretrizes estabelecidos para o presente credenciamento. O referido decreto deverá ser aplicado em sua integralidade, especialmente no que se refere às regras de conformidade, execução dos serviços e responsabilidades das partes envolvidas, visando assegurar a regularidade e segurança jurídica do processo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO: O prazo de vigência do presente Termo será de 12(doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse do **MUNICÍPIO** e anuência da **CREDENCIADA**, por iguais e sucessivos períodos, até o limite decenal (art. 107, da Lei nº. 14.133/21).

Parágrafo Primeiro – A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, respeitado o prazo de vigência do Termo, ficará condicionada à aprovação das dotações próprias para as referidas despesas no orçamento do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Segundo – A revogação ficará condicionada a avaliação técnica da prestação dos serviços credenciados, além das informações originadas de eventuais auditorias da Controladoria Geral do Município e da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR: O valor estimado para atendimento aos munícipes é conforme indicação da Tabela DIFERENCIADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente do Banco a ser indicado, cujo número e agência deverão ser informados pela Credenciada até a assinatura do Termo de Credenciamento.



Parágrafo Primeiro - A Credenciada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio a fatura mensal dos serviços para o devido pagamento, com os seguintes documentos:

I - Relação nominal assinada pelos usuários que realizaram os procedimentos;

II - Relatório de atividades resumido, contendo as seguintes informações:

- a) código do procedimento,
- b) nome do procedimento,
- c) quantitativo de procedimentos realizados,
- d) valor de cada procedimento de acordo com a tabela
- e) valor total dos procedimentos realizados de acordo com a tabela,
- f) valor de cada procedimento pago.

Parágrafo Segundo - A documentação supra deverá ser encaminhada à Superintendência de Controle, Avaliação e Auditoria, da Secretaria Municipal de Saúde, por meio de ofício para avaliação e controle dos procedimentos realizados.

Parágrafo Terceiro - Após revisão técnica administrativa realizada pela Secretaria de Saúde, será solicitado ao prestador a emissão da Nota Fiscal no mês subsequente.

Parágrafo Quarto - Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social-confins e a contribuição para PIS/PASEP, conforme art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa SRF nº 306, de 12/03/03, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e art. 6º, XXVI, da Instrução Normativa RFB Nº 971, 13/11/2009.

Parágrafo Quinto - As empresas optantes pelo SIMPLES (Sistema integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas de Pequeno Porte), não sofrerão a retenção na fonte dos valores acima citados, conforme o dispositivo no inciso XI do art. 25 da Instrução Normativa nº 306, de 12/03/03, devendo apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, cópia do termo de opção e a declaração de que trata o artigo 26 da IN/SRT nº 306, de 12/03/03, em duas vias, assinadas pelo representante legal.

Parágrafo Sexto - Para fins de pagamento, a Credenciada deverá apresentar mensalmente a GFIP (com o protocolo de conectividade social) e o comprovante do recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS relativo aos seus empregados.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização da contratação caberá a um servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo substituído, em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor lotado na mesma secretaria.

Parágrafo Único - O gerenciamento da contratação decorrente do edital caberá ao servidor especialmente designado da Secretaria de Saúde de Cabo Frio, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do Decreto Municipal 6.941/2022.



CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO: Sem prejuízo das sanções estabelecidas no Edital e neste Termo de Credenciamento, a Administração a qualquer tempo poderá rescindir o contrato por decisão fundamentada, quando da ocorrência de fato superveniente ou circunstância desabonadora da credenciada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO: A CREDENCIADA obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Termo, e elege o foro do Município de Cabo Frio, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA INEXIGIBILIDADE: O presente TERMO é Autorizado pelo Ato de Inexigibilidade exarado no Processo Administrativo nº 3760/2025 pela autoridade superior em conformidade com o disposto no artigo 74, IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes assinam este instrumento por seus representantes em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas:

Cabo Frio / RJ, em _____ de _____ de 2025.

MUNICÍPIO DE CABO FRIO
XXXXXXXXXXXXXX
Secretária Municipal de Saúde

CREDENCIADO(A)
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1:

2:



ANEXO VIII

TABELA SUS MUNICIPAL DIFERENCIADA v. 2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABO FRIO

PREÂMBULO

1. Este tabelamento constitui-se em instrumento dinâmico, passível de atualizações, com vistas a reverter a insuficiência de oferta proveniente de pactuação com outras esferas de gestão do SUS, e promover os princípios da integralidade, da resolutividade e da eficiência;

2. Cabe à gestão da Secretaria Municipal de Saúde a atualização periódica do rol de itens deste tabelamento, bem como o incremento técnico e de valores, sempre que o tabelamento federal for alterado ou quando da flutuação regional dos preços, com participação ao Fundo Municipal de Saúde com fins de orçamento;

3. Em caso de procedimentos, exames, consultas ou elementos de custo não constantes desta Tabela, os faturamentos dos credenciados mediante o credenciamento serão remunerados com base em: **a)** Tabela da Associação dos Hospitais do Estado do Rio de Janeiro, **b)** Tabela Brasíndice e **c)** CBHPM - Classificação Brasileira de Honorários e Procedimentos Médicos, na ordem de prioridade acima, devendo haver consulta prévia ao setor de Contratos e Convênios;

4. Os faturamentos obedecerão a formato físico (layout) designado pelo setor de Controle e Avaliação, devendo dar-se por meio digital, quando disponível sistema utilizado pela Central de Regulação;

5. Os itens da Tabela SUS atualmente praticados, ainda não recepcionados por este tabelamento, seguem em prática até que este o admita.

6. 3. Em caso de procedimentos, exames, consultas ou elementos de custo não constantes desta Tabela, os faturamentos dos credenciados mediante o credenciamento serão remunerados com base em: CBHPM - Classificação Brasileira de Honorários e Procedimentos Médicos;



DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO

Forma de Organização: 01- EXAMES BIOQUÍMICOS

02.02.01.001-5	Clearance osmolar	Amb.	Média	5,00
02.02.01.002-3	Determinação de capacidade de fixação do ferro	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.003-1	Determinação de cromatografia de aminoácidos	Amb.	Média	32,61
02.02.01.004-0	Determinação de curva glicêmica (2 dosagens)	Amb./Hosp.	Média	13,00
02.02.01.005-8	Determinação de curva glicêmica c/ indução por cortisona (5 dosagens)	Amb./Hosp.	Média	6,55
02.02.01.006-6	Determinação de curva glicêmica c/ indução por cortisona (4 dosagens)	Amb./Hosp.	Média	3,68
02.02.01.007-4	Determinação de curva glicêmica clássica (5 dosagens)	Amb./Hosp.	Média	17,92
02.02.01.008-2	Determinação de osmolaridade	Amb./Hosp.	Média	3,51
02.02.01.009-0	Dosagem de 5-nucleotidase	Amb./Hosp.	Média	17,92
02.02.01.010-4	Dosagem de acetona	Amb.	Média	21,17
02.02.01.011-2	Dosagem de ácido ascórbico	Amb.	Média	21,17
02.02.01.012-0	Dosagem de ácido úrico	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.013-9	Dosagem de ácido vanilmandélico	Amb.	Média	20,80
02.02.01.014-7	Dosagem de aldolase	Amb./Hosp.	Média	5,40
02.02.01.015-5	Dosagem de alfa-1-antitripsina	Amb.	Média	11,50



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.01.016-3	Dosagem de alpha-1-glicoproteína ácida	Amb.	Média	11,50
02.02.01.017-1	Dosagem de alpha-2-microglobulina	Amb.	Média	11,50
02.02.01.018-0	Dosagem de amilase	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.019-8	Dosagem de amônia	Amb./Hosp.	Média	21,17
02.02.01.020-1	Dosagem de bilirrubina total e frações	Amb./Hosp.	Média	3,00
02.02.01.021-0	Dosagem de cálcio	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.022-8	Dosagem de cálcio ionizável	Amb./Hosp.	Média	8,00
02.02.01.023-6	Dosagem de caroteno	Amb.	Média	5,34
02.02.01.024-4	Dosagem de catecolaminas	Hosp.	Média	21,17
02.02.01.025-2	Dosagem de ceruloplasmina	Amb./Hosp.	Média	11,50
02.02.01.026-0	Dosagem de cloreto	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.027-9	Dosagem de colesterol HDL	Amb./Hosp.	Média	6,00
02.02.01.028-7	Dosagem de colesterol LDL	Amb.	Média	8,00
02.02.01.029-5	Dosagem de colesterol total	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.030-9	Dosagem de colinesterase	Amb.	Média	9,07
02.02.01.031-7	Dosagem de creatinina	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.032-5	Dosagem de creatinofosfoquinase (CPK)	Amb./Hosp.	Média	10,00
02.02.01.033-3	Dosagem de creatinofosfoquinase fração MB	Amb.	Média	20,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.01.034-1	Dosagem de desidrogenase alfahidroxibutirica	Amb.	Média	7,10
02.02.01.035-0	Dosagem de desidrogenase glutâmica	Amb.	Média	7,10
02.02.01.036-8	Dosagem desidrogenase láctica	Amb./Hosp.	Média	6,00
02.02.01.037-6	Dosagem desidrogenase láctica (isoenzimas fracionadas)	Amb./Hosp.	Média	32,61
02.02.01.038-4	Dosagem de ferritina	Amb.	Média	25,00
02.02.01.039-2	Dosagem de ferro sérico	Amb./Hosp.	Média	3,60
02.02.01.040-6	Dosagem de folato	Amb.	Média	15,65
02.02.01.041-4	Dosagem de fosfatase ácida total	Amb./Hosp.	Média	3,60
02.02.01.042-2	Dosagem de fosfatase alcalina	Amb./Hosp.	Média	3,60
02.02.01.043-0	Dosagem de fósforo	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.044-9	Dosagem de fração prostática da fosfatase ácida	Amb./Hosp.	Média	4,40
02.02.01.045-7	Dosagem de galactose	Amb.	Média	14,34
02.02.01.046-5	Dosagem de gama-glutamyl-transferase (GAMA GT)	Amb./Hosp.	Média	4,00
02.02.01.047-3	Dosagem de glicose	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.048-1	Dosagem de glicose-6-fosfato desidrogenase	Amb.	Média	13,26
02.02.01.049-0	Dosagem de haptoglobina	Amb./Hosp.	Média	11,50



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.01.050-3	Dosagem de hemoglobina glicosilada	Amb./Hosp.	Média	9,00
02.02.01.051-1	Dosagem de hidroxiprolina	Amb./Hosp.	Média	21,17
02.02.01.052-0	Dosagem de isomerase-fosfohexose	Amb.	Média	7,10
02.02.01.053-8	Dosagem de lactato	Amb./Hosp.	Média	7,10
02.02.01.054-6	Dosagem de leucino-aminopeptidase	Amb./Hosp.	Média	7,10
02.02.01.055-4	Dosagem de lipase	Amb./Hosp.	Média	3,00
02.02.01.055-4	Dosagem de magnésio	Amb./Hosp.	Média	3,20
02.02.01.057-0	Dosagem de muco-proteínas	Amb./Hosp.	Média	3,00
02.02.01.058-9	Dosagem de piruvato	Amb./Hosp.	Média	3,68
02.02.01.059-7	Dosagem de porfirinas	Amb.	Média	3,51
02.02.01.060-0	Dosagem de potássio	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.061-9	Dosagem de proteínas totais	Amb./Hosp.	Média	3,00
02.02.01.062-7	Dosagem de proteínas totais e frações	Amb./Hosp.	Média	3,00
02.02.01.063-5	Dosagem de sódio	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.064-3	Dosagem de transaminase glutamicooxalacetica (TGO)	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.065-1	Dosagem de transaminase glutamicopiruvica (TGP)	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.066-0	Dosagem transferrina	Amb./Hosp.	Média	12,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.01.067-8	Dosagem de triglicerídeos	Amb./Hosp.	Média	4,00
02.02.01.068-6	Dosagem de triptofano	Amb.	Média	3,51
02.02.01.069-4	Dosagem de ureia	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.01.070-8	Dosagem de vitamina B12	Amb./Hosp.	Média	17,00
02.02.01.071-6	Eletroforese de lipoproteínas	Amb./Hosp.	Média	17,92
02.02.01.072-4	Eletroforese de proteínas	Amb./Hosp.	Média	8,00
02.02.01.073-2	Gasometria (PH PCO2 PO2 Bicarbonato AS2 (exceto base))	Amb./Hosp.	Média	13,40
02.02.01.074-0	Prova da D-Xilose	Amb./Hosp.	Média	3,68
02.02.01.075-9	Teste de tolerância a insulina / hipoglicemiantes orais	Amb.	Média	18,00

Forma de Organização: 02 - EXAMES HEMATOLÓGICOS E HEMOSTASIA

02.02.02.001-0	Citoquímica hematológica	Amb./Hosp.	Média	13,87
02.02.02.002-9	Contagem de Plaquetas	Amb./Hosp.	Média	2,00
02.02.02.003-7	Contagem de reticulócitos	Amb./Hosp.	Média	2,00
02.02.02.004-5	Determinação de curva de resistência globular	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.02.005-3	Determinação de enzimas eritrocitárias (cada)	Amb.	Média	2,73
02.02.02.006-1	Determinação de sulfo-hemoglobina	Amb.	Média	4,83



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.02.007-0	Detrminação de tempo de coagulação	Amb.	Média	2,00
02.02.02.008-8	Determinação do tempo de lise da euglobulina	Amb.	Média	2,73
02.02.02.009-6	Determinação do tempo de sangramento - Duke	Amb.	Alta	2,00
02.02.02.010-0	Determinação de tempo de sangramento de Ivy	Amb.	Média	4,00
02.02.02.011-8	Determinação de tempo de sobrevivência de hemácias	Amb.	Média	55,20
02.02.02.012-6	Determinação de tempo de trombina	Amb.	Média	4,00
02.02.02.013-4	Determinação de tempo de tromboplastina parcial ativada (TTP ativada)	Amb./Hosp.	Média	3,00
02.02.02.014-2	Determinação de tempo e atividade da protrombina (TAP)	Amb./Hosp.	Média	4,00
02.02.02.015-0	Determinação de velocidade de hemossedimentação (VHS)	Amb./Hosp.	Média	2,00
02.02.02.016-9	Dosagem de anticoagulante circulante	Amb.	Média	4,11
02.02.02.017-7	Dosagem de antitrombina III	Amb./Hosp.	Média	36,00
02.02.02.018-5	Dosagem de fator II	Amb./Hosp.	Média	50,00
02.02.02.019-3	Dosagem de fator IX	Amb./Hosp.	Média	50,00
02.02.02.020-7	Dosagem de fator V	Amb./Hosp.	Média	50,00
02.02.02.021-5	Dosagem de fator VII	Amb./Hosp.	Média	50,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.02.022-3	Dosagem de fator VIII	Amb./Hosp.	Média	50,00
02.02.02.023-1	Dosagem de fator VIII (inibidor)	Amb.	Média	111,96
02.02.02.024-0	Dosagem de fator Von Willebrand (antígeno)	Amb.	Média	111,96
02.02.02.025-8	Dosagem de fator X	Amb./Hosp.	Média	50,00
02.02.02.026-6	Dosagem de fator XI	Amb./Hosp.	Média	50,00
02.02.02.027-4	Dosagem de fator XII	Amb./Hosp.	Média	50,00
02.02.02.028-2	Dosagem de fator XIII	Amb./Hosp.	Média	50,00
02.02.02.029-0	Dosagem de fibrinogênio	Amb.	Média	5,61
02.02.02.030-4	Dosagem de hemoglobina	Amb.	Média	6,22
02.02.02.031-2	Dosagem de hemoglobina - Instabilidade a 370c	Amb.	Média	5,09
02.02.02.032-0	Dosagem de hemoglobina fetal	Amb./Hosp.	Média	2,73
02.02.02.033-9	Dosagem de hemossiderina	Amb.	Média	11,46
02.02.02.034-7	Dosagem de plasminogênio	Amb./Hosp.	Média	79,77
02.02.02.035-5	Eletroforese de hemoglobina	Amb./Hosp.	Média	8,00
02.02.02.036-3	Eritrograma (Eritrócitos, Hemoglobina, Hematócrito)	Amb.	Média	4,00
02.02.02.037-1	Hematócrito	Amb.	Média	2,00
02.02.02.038-0	Hemograma completo	Amb./Hosp.	Média	6,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.02.039-8	Leucograma	Amb./Hosp.	Média	4,00
02.02.02.040-1	Pesquisa de atividade do cofator de ristocetina	Amb.	Média	91,79
02.02.02.041-0	Pesquisa de células LE	Amb./Hosp.	Média	4,00
02.02.02.042-8	Pesquisa de corpúsculos de Heinz	Amb.	Média	4,05
02.02.02.043-6	Pesquisa de filária	Amb./Hosp.	Média	2,00
02.02.02.044-4	Pesquina de hemoglobinas	Amb./Hosp.	Média	2,00
02.02.02.045-2	Pesquisa de plasmódio	Amb./Hosp.	Básica	4,05
02.02.02.046-0	Pesquisa de tripanossoma	Amb./Hosp.	Média	4,05
02.02.02.047-9	Prova de compatibilidade prétransfusional (meios salinos, albuminoso e coombs)	Hosp.	Média	9,07
02.02.02.048-7	Prova de consumo de protrombina	Amb./Hosp.	Média	13,26
02.02.02.049-5	Prova de retração de coágulo	Amb./Hosp.	Média	2,00
02.02.02.050-9	Prova do laço	Amb.	Média	2,00
02.02.02.051-7	Rastreio p/ deficiência de enzimas eritrocitárias	Amb.	Média	10,19
02.02.02.052-5	Teste de agregação de plaquetas	Amb.	Média	54,87
02.02.02.053-3	Teste HAM (hemólise ácida)	Amb./Hosp.	Média	6,22
02.02.02.054-1	Teste direto de antiglobulina humana (TAD)	Amb./Hosp.	Média	4,00

Forma de Organização: 03 - EXAMES SOROLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.03.001-6	Contagem de linfócitos B	Amb./Hosp.	Média	15,00
02.02.03.002-4	Contagem de linfócitos CD4/CD8	Amb.	Média	15,00
02.02.03.003-2	Contagem de linfócitos T totais	Amb./Hosp.	Média	35,87
02.02.03.004-0	Detecção do RNA do HIV-1 (qualitativo)	Amb.	Média	392,00
02.02.03.005-9	Detecção do RNA do vírus da Hepatite C (qualitativo)	Amb.	Média	392,00
02.02.03.006-7	Determinação de complemento CH50	Amb./Hosp.	Média	11,50
02.02.03.007-5	Determinação de fator reumatóide	Amb./Hosp.	Média	4,00
02.02.03.008-3	Determinação quantitativa de proteína C reativa	Amb./Hosp.	Média	13,40
02.02.03.008-3	Dosagem de alfa-fetoproteína	Amb./Hosp.	Média	24,81
02.02.03.010-5	Dosagem de antígeno prostático específico (PSA)	Amb.	Média	30,00
02.02.03.011-3	Dosagem de beta-2-microglobulina	Amb.	Média	32,87
02.02.03.012-1	Dosagem de complemento C3	Amb./Hosp.	Média	10,00
02.02.03.013-0	Dosagem de complemento C4	Amb./Hosp.	Média	10,00
02.02.03.014-8	Dosagem de crioaglutinina	Amb./Hosp.	Média	11,70
02.02.03.015-6	Dosagem de imunoglobulina (IGA)	Amb.	Média	11,50
02.02.03.016-4	Dosagem de imunoglobulina E (IGE)	Amb./Hosp.	Média	17,88
02.02.03.017-2	Dosagem de imunoglobulina G (IGG)	Amb./Hosp.	Média	17,88



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.03.018-0	Dosagem de imunoglobulina M (IGM)	Amb.	Média	11,50
02.02.03.019-9	Dosagem de inibidor de C1-esterase	Amb.	Média	24,55
02.02.03.020-2	Dosagem de proteína C reativa	Amb./Hosp.	Média	3,00
02.02.03.021-0	Genotipagem de vírus da Hepatite C	Amb.	Alta	545,41
02.02.03.022-9	Imunoeletroforese de proteínas	Amb./Hosp.	Média	17,92
02.02.03.023-7	Imunofenotipagem de hemopatias malignas (por marcador)	Amb.	Média	146,73
02.02.03.024-5	Intadermorreação com derivado protéico purificado (PPD)	Amb./Hosp.	Básica	4,00
02.02.03.025-3	Pesquisa de anticorpo IGG anticardiolipina	Amb.	Média	17,86
02.02.03.026-1	Pesquisa de anticorpo IGM anticardiolipina	Amb.	Média	24,55
02.02.03.027-0	Pesquisa de anticorpos anti-DNA	Amb./Hosp.	Média	8,00
02.02.03.028-8	Pesquisa de anticorpos anti-helicobacter pylori	Amb.	Média	21,00
02.02.03.029-6	Pesquisa de anticorpos anti-HIV-1 (Western Blot)	Amb.	Média	155,77
02.02.03.030-0	Pesquisa de anticorpos anti-HIV-1 + HIV-2 (Elisa)	Amb.	Média	40,00
02.02.03.031-8	Pesquisa de anticorpos anti-HTLV-1 + HTLV-2	Amb.	Média	25,00
02.02.03.032-6	Pesquisa de anticorpos antiribonucleoproteína (RNP)	Amb.	Média	17,86



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.03.033-4	Pesquisa de anticorpos anti-schistosomas	Amb.	Média	9,33
02.02.03.034-2	Pesquisa de anticorpos anti-SM	Amb.	Média	17,86
02.02.03.035-0	Pesquisa de anticorpos anti-SS-A (RO)	Amb.	Média	17,86
02.02.03.036-9	Pesquisa de anticorpos anti-SS-B (LA)	Amb.	Média	17,86
02.02.03.037-7	Pesquisa de anticorpos antiadenovírus	Amb.	Média	9,25
02.02.03.038-5	Pesquisa de anticorpos antiameba	Amb.	Média	10,00
02.02.03.039-3	Pesquisa de anticorpos antiaspergillus	Amb.	Média	9,25
02.02.03.040-7	Pesquisa de anticorpos antibrucelas	Amb./Hosp.	Média	3,70
02.02.03.041-5	Pesquisa de anticorpos anticisticerco	Amb./Hosp.	Média	5,83
02.02.03.042-3	Pesquisa de anticorpos anticlâmida (por imunofluorescência)	Amb.	Média	10,00
02.02.03.043-1	Pesquisa de anticorpos anticórtex suprarenal	Amb.	Média	17,16
02.02.03.044-0	Pesquisa de anticorpos antiequinococos	Amb.	Média	9,25
02.02.03.045-8	Pesquisa de anticorpos antiescleroderma (SCL 70)	Amb.	Média	17,86
02.02.03.046-6	Pesquisa de anticorpos antiespermatozóides	Amb./Hosp.	Média	9,70
02.02.03.047-4	Pesquisa de anticorpos antiestreptolisina O (ASLO)	Amb./Hosp.	Média	11,70
02.02.03.048-2	Pesquisa de anticorpos antifigado	Amb.	Média	10,00
02.02.03.049-0	Pesquisa de anticorpos antigliadina (gluten)	Amb.	Média	17,16



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

	IGG, IGM e IGA			
02.02.03.050-4	Pesquisa de anticorpos antiglomerulo	Amb.	Média	10,00
02.02.03.051-2	Pesquisa de anticorpos Antiilhota de Langerhans	Amb.	Média	10,00
02.02.03.052-0	Pesquisa de anticorpos antiinsulina	Amb.	Média	17,16
02.02.03.053-9	Pesquisa de anticorpos antileptospiras	Amb.	Média	4,10
02.02.03.054-7	Pesquisa de anticorpos antilisteria	Amb./Hosp.	Média	5,50
02.02.03.055-5	Pesquisa de anticorpos antimicrosomas	Amb.	Média	21,00
02.02.03.056-3	Pesquisa de anticorpos antimitocondria	Amb.	Média	17,16
02.02.03.057-1	Pesquisa de anticorpos antimusculo estriado	Amb.	Média	17,16
02.02.03.058-0	Pesquisa de anticorpos antimusculo liso	Amb.	Média	17,16
02.02.03.059-8	Pesquisa de anticorpos antinúcleo	Amb./Hosp.	Média	17,16
02.02.03.060-1	Pesquisa de anticorpos antiparietais	Amb.	Média	17,16
02.02.03.061-0	Pesquisa de anticorpos antiplasmódios	Amb.	Média	10,00
02.02.03.062-8	Pesquisa de anticorpos antitireoglobulina	Amb.	Média	21,00
02.02.03.063-6	Pesquisa de anticorpos contra antígeno de superfície do vírus da Hepatite B (anti-HBS)	Amb.	Média	18,55
02.02.03.064-4	Pesquisa de anticorpos contra antígeno e do vírus da Hepatite B (anti-HBE)	Amb.	Média	18,55
02.02.03.065-2	Pesquisa de anticorpos contra histoplasma	Amb.	Média	7,78



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.03.066-0	Pesquisa de anticorpos contra o Sporotrix Schenkii	Amb.	Média	9,71
02.02.03.067-9	Pesquisa de anticorpos contra o vírus da Hepatite C (anti-HCV)	Amb.	Média	24,55
02.02.03.069-5	Pesquisa de anticorpos contra o vírus do sarampo	Amb.	Média	9,25
02.02.03.070-9	Pesquisa de anticorpos contra Paracoccidioides Brasiliensis	Amb.	Média	4,10
02.02.03.071-7	Pesquisa de anticorpos e/ou antígeno do vírus sincicial respiratório	Amb./Hosp.	Média	18,55
02.02.03.072-5	Pesquisa de anticorpos EIE antituberculose	Amb.	Média	17,16
02.02.03.073-3	Pesquisa de anticorpos heterófilos contra o vírus Epstein-Barr	Amb./Hosp.	Média	2,83
02.02.03.074-1	Pesquisa de anticorpos IGG anticitomegalovírus	Amb.	Média	11,00
02.02.03.075-0	Pesquisa de anticorpos IGG antileishmanias	Amb.	Média	9,25
02.02.03.076-8	Pesquisa de anticorpos IGG antitoxoplasma	Amb./Hosp.	Média	16,97
02.02.03.077-6	Pesquisa de anticorpos IGG Antitrypanosoma Cruzi	Amb.	Média	9,25
02.02.03.078-4	Pesquisa de anticorpos IGG contra antígeno central do vírus da Hepatite B (anti-HBC-IGG)	Amb.	Média	18,55
02.02.03.079-2	Pesquisa de anticorpos IGG contra Arbovírus (Dengue e Febre Amarela)	Amb.	Média	30,00
02.02.03.080-6	Pesquisa de anticorpos IGG contra o vírus da	Amb.	Média	17,86



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

	Hepatite A (HAV- IGG)			
02.02.03.081-4	Pesquisa de anticorpos IGG contra o vírus da Rubéola	Amb.	Média	17,66
02.02.03.082-2	Pesquisa de anticorpos IGG contra o vírus da Varicela-Herpes Zoster	Amb.	Média	47,57
02.02.03.083-0	Pesquisa de Anticorpos IGG contra o vírus Epstein-Barr	Amb.	Média	17,86
02.02.03.084-9	Pesquisa de anticorpos IGG contra o vírus Herpes Simples	Amb.	Média	17,86
02.02.03.085-7	Pesquisa de anticorpos IGM Anticitomegalovirus	Amb.	Média	21,44
02.02.03.086-5	Pesquisa de anticorpos IGM Antileishmanias	Amb.	Média	10,00
02.02.03.087-3	Pesquisa de anticorpos IGM Antitoxoplasma	Amb.	Média	21,44
02.02.03.088-1	Pesquisa de anticorpos IGM Antitrypanosoma Cruzi	Amb.	Média	9,25
02.02.03.089-0	Pesquisa de anticorpos IGM contra antígeno central do vírus da Hepatite B (anti-HBC-IGM)	Amb.	Média	18,21
02.02.03.090-3	Pesquisa de anticorpos IGM contra arbovírus (Dengue E Febre Amarela)	Amb.	Média	28,48
02.02.03.091-1	Pesquisa de anticorpos IGM contra o vírus da Hepatite A (HAV-IGG)	Amb.	Média	17,86
02.02.03.092-0	Pesquisa de anticorpos IGM contra o vírus da Rubéola	Amb.	Média	21,44
02.02.03.093-8	Pesquisa de anticorpos IGM contra o vírus da Varicela-Herpes Zoster	Amb.	Média	50,47



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.03.094-6	Pesquisa de anticorpos IGM contra o vírus Epstein-Barr	Amb.	Média	17,86
02.02.03.095-4	Pesquisa de anticorpos IGM contra o vírus Herpes Simples	Amb.	Média	21,65
02.02.03.096-2	Pesquisa de antígeno carcinoembrionário (CEA)	Amb.	Média	29,11
02.02.03.097-0	Pesquisa de antígeno de superfície do vírus da Hepatite B (HBSAG)	Amb.	Média	22,70
02.02.03.098-9	Pesquisa de antígeno e do vírus da Hepatite B (HBEAG)	Amb.	Média	20,00
02.02.03.099-7	Pesquisa de Clamídia (por captura híbrida)	Amb.	Média	60,00
02.02.03.100-4	Pesquisa de crioglobulinas	Amb./Hosp.	Média	17,86
02.02.03.101-2	Pesquisa de fator reumatóide (Waalrose)	Amb.	Média	4,00
02.02.03.102-0	Pesquisa de HIV-1 por imunofluorescência	Amb.	Média	10,00
02.02.03.103-9	Pesquisa de imunoglobulina e (IGE) alérgeno-específica	Amb.	Média	9,25
02.02.03.104-7	Pesquisa de Trypanosoma Cruzi (por imunofluorescência)	Amb./Hosp.	Média	10,00
02.02.03.105-5	Provas de Prausnitz-Kustner (PK)	Amb.	Média	12,00
02.02.03.106-3	Provas imuno-alérgicas bacterianas	Amb.	Média	21,98
02.02.03.107-1	Quantificação de RNA do HIV-1	Amb.	Alta	18,00
02.02.03.108-0	Quantificação de RNA do vírus da Hepatite C	Amb.	Média	392,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.03.109-8	Reação de hemaglutinação (TPHA) p/ diagnóstico da Sífilis	Amb./Hosp.	Média	5,00
02.02.03.110-1	Reação de Montenegro ID	Amb./Hosp.	Média	7,31
02.02.03.111-0	Teste e VDRL p/ diagnóstico da Sífilis	Amb./Hosp.	Média	7,00
02.02.03.112-8	Teste FTA-ABS IGG p/ diagnóstico da Sífilis	Amb./Hosp.	Média	6,00
02.02.03.113-6	Teste FTA-ABS IGM p/ diagnóstico da Sífilis	Amb./Hosp.	Média	6,00
02.02.03.114-4	Testes alérgicos de contato	Amb./Hosp.	Média	7,04
02.02.03.115-2	Testes cutâneos de leitura imediata	Amb.	Média	7,04
02.02.03.116-0	Testes rápidos p/ diagnóstico da Sífilis	Amb.	Média	7,00
02.02.03.117-9	VDRL p/ detecção de Sífilis em gestante	Amb./Hosp.	Média	6,00
Forma de Organização: 04 - EXAMES COPROLÓGICOS				
02.02.04.001-1	Dosagem de estercobilinogenio fecal	Amb.	Média	4,40
02.02.04.002-0	Dosagem de gordura fecal	Amb.	Média	4,00
02.02.04.003-8	Exame coprológico funcional	Amb./Hosp.	Média	10,00
02.02.04.004-6	Identificação de fragmentos de helmintos	Amb./Hosp.	Média	2,00
02.02.04.005-4	Pesquisa de enterobius vermiculares (Oxiurus Oxiura)	Amb.	Média	3,00
02.02.04.006-2	Pesquisa de eosinófilos	Amb.	Média	4,40



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.04.007-0	Pesquisa de gordura fecal	Amb./Hosp.	Média	2,00
02.02.04.008-9	Pesquisa de larvas nas fezes	Amb.	Média	2,00
02.02.04.009-7	Pesquisa de leucócitos nas fezes	Amb./Hosp.	Média	2,00
02.02.04.010-0	Pesquisa de leveduras nas fezes	Amb.	Média	2,00
02.02.04.011-9	Pesquisa de ovos de Schistosomas (em fragmento de mucosa)	Amb.	Média	9,33
02.02.04.012-7	Pesquisa de ovos e cistos de parasitas	Amb./Hosp.	Média	4,00
02.02.04.013-5	Pesquisa de rotavírus nas fezes	Amb.	Média	10,25
02.02.04.014-3	Pesquisa de sangue oculto nas fezes	Amb./Hosp.	Média	2,00
02.02.04.015-1	Pesquisa de substancias redutoras nas fezes	Amb.	Média	4,40
02.02.04.016-0	Pesquisa de tripsina nas fezes	Amb.	Média	4,00
02.02.04.017-8	Pesquisa de trofozoitas nas fezes	Amb.	Média	4,00
Forma de Organização: 05 - EXAMES DE UROANÁLISE				
02.02.05.001-7	Análise de caracteres físicos, elementos e sedimento da urina	Amb./Hosp.	Média	4,00
02.02.05.002-5	Clearance de creatinina	Amb.	Média	5,00
02.02.05.003-3	Clearance de fosfato	Amb.	Média	5,00
02.02.05.004-1	Clearance de uréia	Amb./Hosp.	Média	5,00
02.02.05.005-0	Contagem de ADDIS	Amb./Hosp.	Média	2,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.05.006-8	Determinação de osmolalidade	Amb.	Média	10,33
02.02.05.007-6	Dosagem de açúcares (por cromatografia)	Amb.	Média	28,42
02.02.05.008-4	Dosagem de citrato	Amb.	Média	2,80
02.02.05.009-2	Dosagem de microalbumina na urina	Amb.	Média	17,92
02.02.05.010-6	Dosagem de oxalato	Amb.	Média	4,00
02.02.05.011-4	Dosagem de proteínas (urina de 24 horas)	Amb.	Média	3,00
02.02.05.012-2	Dosagem e/ou fracionamento de ácidos orgânicos	Amb.	Média	15,75
02.02.05.013-0	Exame qualitativo de cálculos urinários	Amb./Hosp.	Média	6,00
02.02.05.014-9	Pesquisa / dosagem de aminoácidos (por cromatografia)	Amb.	Média	32,61
02.02.05.015-7	Pesquisa de alcaptona na urina	Amb.	Média	2,04
02.02.05.016-5	Pesquisa de aminoácidos na urina	Amb.	Média	3,70
02.02.05.017-3	Pesquisa de beta-mercapto-lactatodissulfiduria	Amb.	Média	4,92
02.02.05.018-1	Pesquisa de cadeias leves Kappa e Lambda	Amb./Hosp.	Média	2,40
02.02.05.019-0	Pesquisa de cistina na urina	Amb.	Média	3,00
02.02.05.020-3	Pesquisa de coproporfirina na urina	Amb.	Média	14,34
02.02.05.021-1	Pesquisa de erros inatos do metabolismo na urina	Amb.	Média	3,70



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.05.022-0	Pesquisa de fenil-cetona na urina	Amb./Hosp.	Média	3,00
02.02.05.023-8	Pesquisa de frutose na urina	Amb./Hosp.	Média	2,04
02.02.05.024-6	Pesquisa de galactose na urina	Amb./Hosp.	Média	3,36
02.02.05.025-4	Pesquisa de gonadotrofina coriônica (teste de gravidez)	Amb./Hosp.	Média	13,00
02.02.05.026-2	Pesquisa de homocistina na urina	Amb.	Média	3,00
02.02.05.027-0	Pesquisa de lactose na urina	Amb.	Média	2,04
02.02.05.028-9	Pesquisa de mucopolissacarídeos na urina	Amb.	Média	3,70
02.02.05.029-7	Pesquisa de porfobilinogênio na urina	Amb.	Média	2,04
02.02.05.030-0	Pesquisa de proteínas urinárias (por eletroforese)	Amb./Hosp.	Média	22,26
02.02.05.031-9	Pesquisa de tirosina na urina	Amb.	Média	2,04
02.02.05.032-7	Prova de diluição (urina)	Amb.	Média	4,92
Forma de Organização: 06 - EXAMES HORMONAIS				
02.02.06.001-2	Determinação de índice de tiroxina livre	Amb.	Média	17,00
02.02.06.002-0	Determinação de retenção de T3	Amb.	Média	17,67
02.02.06.003-9	Determinação de T3 reverso	Amb.	Média	17,67
02.02.06.004-7	Dosagem de 17-alfa-hidroxiprogesterona	Amb.	Média	25,94
02.02.06.005-5	Dosagem de 17-cetosteroides totais	Amb./Hosp.	Média	16,59



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.06.006-3	Dosagem de 17-hidroxycorticosteroides	Amb.	Média	108,10
02.02.06.007-1	Dosagem de ácido 5-hidroxi-indolacetico (serotonina)	Amb.	Média	6,11
02.02.06.008-0	Dosagem de adrenocorticotrofico (ACTH)	Amb.	Média	42,00
02.02.06.009-8	Dosagem de aldosterona	Amb./Hosp.	Média	25,00
02.02.06.010-1	Dosagem de AMP cíclico	Amb.	Média	10,44
02.02.06.011-0	Dosagem de androstenediona	Amb./Hosp.	Média	41,61
02.02.06.012-8	Dosagem de calcitonina	Amb.	Média	12,50
02.02.06.013-6	Dosagem de cortisol	Amb.	Média	15,00
02.02.06.014-4	Dosagem de dehidroepiandrosterona (DHEA)	Amb.	Média	21,00
02.02.06.015-2	Dosagem de dihidrotestoterona (DHT)	Amb./Hosp.	Média	10,18
02.02.06.016-0	Dosagem de estradiol	Amb./Hosp.	Média	20,00
02.02.06.017-9	Dosagem de estriol	Amb./Hosp.	Média	22,00
02.02.06.018-7	Dosagem de estrona	Amb./Hosp.	Média	20,00
02.02.06.019-5	Dosagem de gastrina	Amb.	Média	33,92
02.02.06.020-9	Dosagem de globulina transportadora de tiroxina	Amb.	Média	35,20
02.02.06.021-7	Dosagem de gonadotrofina coriônica humana (HCG, BETA HCG)	Amb./Hosp.	Média	13,00



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.06.022-5	Dosagem de hormônio de crescimento (HGH)	Amb./Hosp.	Média	18,00
02.02.06.023-3	Dosagem de hormônio folículo-estimulante (FSH)	Amb./Hosp.	Média	13,00
02.02.06.024-1	Dosagem de hormônio luteinizante (LH)	Amb./Hosp.	Média	13,00
02.02.06.025-0	Dosagem de hormônio tireoestimulante (TSH)	Amb./Hosp.	Média	17,00
02.02.06.026-8	Dosagem de insulina	Amb./Hosp.	Média	10,00
02.02.06.027-6	Dosagem de paratormônio	Amb.	Média	40,00
02.02.06.028-4	Dosagem de peptídeo C	Amb.	Média	20,37
02.02.06.029-2	Dosagem de progesterona	Amb./Hosp.	Média	17,00
02.02.06.030-6	Dosagem de prolactina	Amb./Hosp.	Média	17,00
02.02.06.031-4	Dosagem de renina	Amb./Hosp.	Média	46,68
02.02.06.032-2	Dosagem de somatostatina C (IGF1)	Amb.	Média	46,67
02.02.06.033-0	Dosagem de sulfato de hidroepiandrosterona (DHEAS)	Amb./Hosp.	Média	21,00
02.02.06.034-9	Dosagem de testosterona	Amb./Hosp.	Média	21,00
02.02.06.035-7	Dosagem de testosterona livre	Amb.	Média	30,00
02.02.06.036-5	Dosagem de tireoglobulina	Amb.	Média	28,00
02.02.06.037-3	Dosagem de tiroxina (T4)	Amb./Hosp.	Média	13,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.06.038-1	Dosagem de tiroxina livre (T4 livre)	Amb.	Média	17,00
02.02.06.039-0	Dosagem de triiodotironina (T3)	Amb./Hosp.	Média	13,00
02.02.06.040-3	Teste de estímulo da prolactina / TSH apos TRH	Amb.	Média	10,44
02.02.06.041-1	Teste de estímulo da prolactina apos clorpromazina	Amb.	Média	10,44
02.02.06.042-0	Teste de estímulo de LH e FSH após gonadorrelina	Amb.	Média	10,44
02.02.06.043-8	Teste de estímulo do HGH após glucagon	Amb.	Média	10,44
02.02.06.044-6	Teste de supressão do cortisol apos dexametasona	Amb.	Média	10,44
02.02.06.045-4	Teste de supressão do HGH após glicose	Amb.	Média	10,44
02.02.06.046-2	Teste p/ investigação do diabetes insipidus	Amb.	Média	7,33

Forma de Organização: 07 - EXAMES TOXICOLÓGICOS OU DE MONITORIZAÇÃO TERAPÊUTICA

02.02.07.001-8	Dosagem de acido delta-aminolevulinico	Amb.	Média	2,06
02.02.07.002-6	Dosagem de ácido hipúrico	Amb.	Média	14,34
02.02.07.003-4	Dosagem de ácido mandélico	Amb.	Média	14,34
02.02.07.004-2	Dosagem de ácido metil-hipúrico	Amb.	Média	2,04
02.02.07.005-0	Dosagem de ácido valpróico	Amb.	Média	30,00
02.02.07.006-9	Dosagem de ala-desidratase	Amb.	Média	3,51



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.07.007-7	Dosagem de álcool etílico	Amb.	Média	2,01
02.02.07.008-5	Dosagem de alumínio	Amb.	Média	32,62
02.02.07.009-3	Dosagem de aminoglicosídeos	Amb./Hosp.	Média	10,00
02.02.07.010-7	Dosagem de anfetaminas	Amb.	Média	116,38
02.02.07.011-5	Dosagem de antidepressivos tricíclicos	Amb.	Média	32,61
02.02.07.012-3	Dosagem de barbituratos	Amb./Hosp.	Média	32,61
02.02.07.013-1	Dosagem de benzodiazepínicos	Amb.	Média	32,61
02.02.07.014-0	Dosagem de cádmio	Amb.	Média	6,55
02.02.07.015-8	Dosagem de carbamazepina	Amb.	Média	30,00
02.02.07.016-6	Dosagem de carboxi-hemoglobina	Amb.	Média	4,11
02.02.07.017-4	Dosagem de chumbo	Amb.	Média	27,33
02.02.07.018-2	Dosagem de ciclosporina	Amb.	Média	48,59
02.02.07.019-0	Dosagem de cobre	Amb./Hosp.	Média	32,61
02.02.07.020-4	Dosagem de digitalicos (digoxina, digitoxina)	Amb./Hosp.	Média	14,00
02.02.07.021-2	Dosagem de etossuximida	Amb.	Média	32,61
02.02.07.022-0	Dosagem de fenitoina	Amb.	Média	30,00
02.02.07.023-9	Dosagem de fenol	Amb.	Média	16,77



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.07.024-7	Dosagem de formaldeído	Amb.	Média	3,51
02.02.07.025-5	Dosagem de lítio	Amb./Hosp.	Média	4,00
02.02.07.026-3	Dosagem de mercúrio	Amb.	Média	2,04
02.02.07.027-1	Dosagem de meta-hemoglobina	Amb./Hosp.	Média	9,07
02.02.07.028-0	Dosagem de metabólitos da cocaína	Amb.	Média	10,00
02.02.07.029-8	Dosagem de metotrexato	Amb.	Média	10,00
02.02.07.030-1	Dosagem de quinidina	Amb.	Média	10,00
02.02.07.031-0	Dosagem de silicilatos	Amb.	Média	2,01
02.02.07.032-8	Dosagem de sulfatos	Amb.	Média	3,51
02.02.07.033-6	Dosagem de teofilina	Amb.	Média	15,65
02.02.07.034-4	Dosagem de tiocianato	Amb.	Média	32,61
02.02.07.035-2	Dosagem de zinco	Amb.	Média	32,61

Forma de Organização: 08 - EXAMES MICROBIOLÓGICOS

02.02.08.001-3	Antibiograma	Amb.	Média	10,00
02.02.08.002-1	Antibiograma com concentração inibitória mínima	Amb./Hosp.	Média	13,33
02.02.08.003-0	Antibiograma p/ micobacterias	Amb./Hosp.	Média	14,60
02.02.08.004-8	Baciloscopia direta p/ Baar	Amb.	Média	6,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.08.005-6	Baciloscopia direta p/ Baar (Hanseníase)	Amb.	Média	6,00
02.02.08.006-4	Baciloscopia direta p/ Baar (Tuberculose)	Amb.	Média	6,00
02.02.08.007-2	Bacteroscopia (GRAM)	Amb./Hosp.	Média	3,00
02.02.08.008-0	Cultura de bactérias para identificação	Amb./Hosp.	Média	10,00
02.02.08.009-9	Cultura do leite materno (pós-pasteurização)	Amb.	Média	4,33
02.02.08.010-2	Cultura para herpesvírus	Amb.	Média	10,00
02.02.08.011-0	Cultura para Baar	Amb./Hosp.	Média	14,00
02.02.08.012-9	Cultura para bactérias anaeróbicas	Amb./Hosp.	Média	10,00
02.02.08.013-7	Cultura para identificação de fungos	Amb./Hosp.	Média	14,00
02.02.08.014-5	Exame microbiológico a fresco (direto)	Amb.	Média	2,80
02.02.08.015-3	Hemocultura	Amb./Hosp.	Média	10,00
02.02.08.016-1	Identificação automatizada de microorganismos	Amb.	Média	6,00
02.02.08.017-0	Pesquisa de Pneumocysti Carini	Amb.	Média	6,00
02.02.08.018-8	Pesquisa de bacilo diftérico	Amb.	Média	2,80
02.02.08.019-6	Pesquisa de estreptococos betahemolíticos do Grupo A	Amb.	Média	4,33
02.02.08.020-0	Pesquisa de Haemophilus Ducrey	Amb.	Média	2,80
02.02.08.021-8	Pesquisa de Helicobacter Pylori	Amb.	Média	7,08



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.08.022-6	Pesquisa de leptospiras	Amb.	Média	2,80
02.02.08.023-4	Pesquisa de treponema pallidum	Amb.	Média	7,04
Forma de Organização: 09 - EXAMES EM OUTROS LÍQUIDOS BIOLÓGICOS				
02.02.09.001-9	Acido úrico líquido no sinovial e derrames	Amb./Hosp.	Média	13,40
02.02.09.002-7	Adenograma	Amb.	Média	5,79
02.02.09.003-5	Citologia para clamídia	Amb.	Média	4,33
02.02.09.004-3	Citologia p/ herpesvirus	Amb.	Média	4,33
02.02.09.005-1	Contagem específica de células no líquido	Amb./Hosp.	Média	1,89
02.02.09.006-0	Contagem global de células no líquido	Amb./Hosp.	Média	1,89
02.02.09.007-8	Determinação de fosfolipídios relação lecitina - esfingomielina no líquido amniótico	Amb./Hosp.	Média	6,56
02.02.09.008-6	Dosagem de creatinina no líquido amniótico	Amb.	Média	1,89
02.02.09.009-4	Dosagem de fosfatase alcalina no esperma	Amb.	Média	2,01
02.02.09.010-8	Dosagem de frutose	Amb./Hosp.	Média	7,10
02.02.09.011-6	Dosagem de frutose no esperma	Amb.	Média	2,01
02.02.09.012-4	Dosagem de glicose no líquido sinovial e derrames	Amb./Hosp.	Média	1,89
02.02.09.013-2	Dosagem de proteínas no líquido sinovial e derrames	Amb./Hosp.	Média	1,89



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.09.014-0	Dosagem de sódio e cloro no suor (c/ coleta)	Hosp.	Média	6,65
02.02.09.015-9	Eletroforese de proteínas c/ concentração no líquido	Amb.	Média	22,26
02.02.09.016-7	Espectrofotometria no líquido amniótico	Amb./Hosp.	Média	6,56
02.02.09.017-5	Esplenograma	Amb.	Média	34,63
02.02.09.018-3	Exame de caracteres físicos contagem global e específica de células	Amb./Hosp.	Média	1,89
02.02.09.019-1	Mielograma	Amb./Hosp.	Média	49,59
02.02.09.020-5	Pesquisa de anticorpos antiespermatozóides	Amb.	Média	21,65
02.02.09.021-3	Pesquisa de anticorpos antiespermatozóides (Elisa)	Amb./Hosp.	Média	9,70
02.02.09.022-1	Pesquisa de antígeno carcinoembriogênico CEA	Amb.	Média	29,11
02.02.09.023-0	Pesquisa de caracteres físicos no líquido	Amb.	Média	4,00
02.02.09.024-8	Pesquisa de células orangiófilas	Amb.	Média	1,89
02.02.09.025-6	Pesquisa de cristais c/ luz polarizada	Amb./Hosp.	Média	1,89
02.02.09.026-4	Pesquisa de espermatozóides (apos vasectomia)	Amb.	Média	8,00
02.02.09.027-2	Pesquisa de ragócitos no líquido sinovial e derrames	Amb./Hosp.	Média	1,89
02.02.09.028-0	Prova de progressão espermática (cada)	Amb./Hosp.	Média	1,89



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.09.029-9	Prova do látex p/ haemophilus influenzae, streptococcus pneumoniae, neisseria meningitidis (sorotipos a, b, c)	Amb.	Média	1,89
02.02.09.030-2	Prova do látex p/ pesquisa do fator reumatóide	Amb.	Média	4,00
02.02.09.031-0	Reação de pandy	Amb.	Média	1,89
02.02.09.032-9	Reação de rivalta no líquido sinovial e derrames	Amb./Hosp.	Média	1,89
02.02.09.033-7	Teste de Clements	Amb./Hosp.	Média	2,80
02.02.09.034-5	Teste de gastroacidograma - secreção basal por 60 em 4 amostras	Amb.	Média	4,69
02.02.09.035-3	Teste de Hollander no suco gastrico	Amb.	Média	4,69
Forma de Organização: 10 - EXAMES DE GENÉTICA				
02.02.10.001-4	Determinação de cariótipo em cultura de longa duração (c/ técnica de bandas)	Amb.	Média	32,48
02.02.10.002-2	Determinação de cariótipo em medula óssea e vilosidades coriônicas (c/ técnica de bandas)	Amb.	Média	235,29
02.02.10.003-0	Determinação de cariótipo em sangue periférico (c/ técnica de bandas)	Amb.	Média	32,48
Forma de Organização: 11 - EXAMES PARA TRIAGEM NEONATAL				
02.02.11.001-0	Detecção de variantes da hemoglobina (diagnóstico tardio)	Amb.	Média	8,00
02.02.11.002-8	Detecção molecular de mutação em hemoglobinopatias (confirmatório)	Amb.	Média	60,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.02.11.003-6	Detecção molecular em fibrose cística (confirmatório)	Amb.	Média	60,00
02.02.11.004-4	Dosagem de fenilalanina (controle / diagnóstico tardio)	Amb.	Média	5,00
02.02.11.005-2	Dosagem de fenilalanina e TSH (T4)	Amb.	Média	23,32
02.02.11.006-0	Dosagem de fenilalanina e TSH (T4) (p/ detecção da variante hemoglobina)	Amb.	Média	19,00
02.02.11.007-9	Dosagem de tripsina imunorreativa	Amb.	Média	5,00
02.02.11.008-7	Dosagem de TSH e T4 livre (controle / diagnóstico tardio)	Amb.	Média	12,00

Forma de Organização: 12 – EXAMES IMUNOHEMATOLÓGICOS

02.02.12.001-5	Determinação de anticorpos antiplaquetários	Amb./Hosp.	Média	10,65
02.02.12.002-3	Determinação direta e reversa de grupo ABO	Amb./Hosp.	Média	3,00
02.02.12.003-1	Fenotipagem de sistema RH - HR	Amb./Hosp.	Média	15,71
02.02.12.004-0	Identificação de anticorpos séricos irregulares c/ painel de hemácias	Amb.	Média	10,65
02.02.12.005-8	Pesquisa de anticorpos irregulares pelo método da eluição	Amb.	Média	5,79
02.02.12.006-6	Pesquisa de anticorpos séricos irregulares 37oc	Amb.	Média	5,79
02.02.12.007-4	Pesquisa de anticorpos séricos irregulares a frio	Amb.	Média	5,79
02.02.12.008-2	Pesquisa de anticorpos séricos irregulares a	Amb.	Média	1,37



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

	frio			
02.02.12.009-0	Teste indireto de antiglobulina humana (TIA)	Amb.	Média	18,39
02.02.12.010-4	Titulação de anticorpos anti A e/ou anti B	Amb.	Média	5,79
Sub-Grupo: DIAGNÓSTICO EM VIGILÂNCIA AMBIENTAL				
Forma de Organização: 01 - EXAMES RELACIONADOS A DOENÇAS E AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA				
02.13.01.001-1	Determinação de carga viral do HIV por RT-PCR	Amb.	Média	-
02.13.01.002-0	Ensaio imunoenzimático -teste de elisa p/ identificação de leptospiros (leptospirose)	Amb.	Média	-
02.13.01.003-8	Ensaio imunoenzimático-elisa p/ identificação do vírus da febre do nilo ocidental	Amb.	Média	-
02.13.01.004-6	Ensaio imunoenzimático-teste de elisa p/ identificação da pasteurella pestis (peste bubônica)	Amb.	Média	-
02.13.01.005-4	Exame parasitológico direto p/ leishmanias (leishmaniose tegumentar americana)	Amb.	Média	-
02.13.01.006-2	Exame parasitológico direto p/ leishmania chagasi (leishmaniose visceral canina)	Amb.	Média	-
02.13.01.007-0	Exame parasitológico direto p/ leishmania chagasi (leishmaniose visceral humana)	Amb.	Média	-
02.13.01.008-9	Fagotipagem p/ identificação da salmonella typhi (febre tifóide)	Amb.	Média	-
02.13.01.009-7	Histopatologia p/ identificação da Hepatite	Amb.	Alta	-



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

	A			
02.13.01.010-0	Histopatologia p/ identificação da Hepatite D	Amb.	Média	-
02.13.01.011-9	Histopatologia p/ identificação de Dengue	Amb.	Média	-
02.13.01.012-7	Histopatologia p/ identificação de Febre Amarela	Amb.	Média	-
02.13.01.013-5	Histopatologia p/ identificação de Hepatite B	Amb.	Média	-
02.13.01.014-3	Histopatologia p/ identificação de Hepatite C	Amb.	Alta	-
02.13.01.015-1	Histopatologia p/ identificação do antraz / carbúnculo	Amb.	Alta	-
02.13.01.016-0	Histoquímica p/ identificação do vírus da Hepatite A	Amb.	Alta	-
02.13.01.017-8	Histoquímica p/ identificação de Hepatite C	Amb.	Alta	-
02.13.01.018-6	Identificação de vírus da raiva por RTPCR	Amb.	Alta	-
02.13.01.019-4	Identificação do hantavirus por RT-PCR (hantavirose)	Amb.	Alta	-
02.13.01.020-8	Identificação do vírus da Hepatite B por PCR (quantitativo)	Amb.	Média	-
02.13.01.021-6	Imunocromatografia p/ identificação de plasmódios (Malária)	Amb.	Alta	-
02.13.01.022-4	Imunofluorescência direta p/ identificação do vírus da influenza	Amb.	Média	-
02.13.01.023-2	Imunofluorescência direta p/ identificação do vírus da raiva	Amb.	Média	-



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.13.01.024-0	Imunofluorescencia indireta p/ (identificação de leptospiras (leptospirose)	Amb.	Alta	-
02.13.01.025-9	Imunofluorescencia indireta p/ identificação da Rickettsia Rickettsii (febre maculosa)	Amb.	Média	-
02.13.01.026-7	Imunofluorescencia indireta p/ identificação de plasmódios (malária)	Amb.	Média	-
02.13.01.027-5	Imunofluorescencia indireta p/ identificação do shistosoma mansoni	Amb.	Média	-
02.13.01.028-3	Imunofluorescencia indireta p/ identificação do vírus da raiva	Amb.	Média	-
02.13.01.029-1	Imunohistoquimica p/ identificação da Rickettsia Rickettsii (febre maculosa)	Amb.	Média	-
02.13.01.030-5	Imunohistoquimica p/ identificação de leptospiras (leptospirose)	Amb.	Alta	-
02.13.01.031-3	Imunohistoquimica p/ identificação de plasmódios (malária)	Amb.	Alta	-
02.13.01.032-1	Imunohistoquimica p/ identificação do hantavirus (hantavírose)	Amb.	Média	-
02.13.01.033-0	Imunohistoquimica p/ identificação do vírus da dengue	Amb.	Alta	-
02.13.01.034-8	Imunohistoquimica p/ identificação do vírus da febre amarela	Amb.	Alta	-
02.13.01.035-6	Imunohistoquimica p/ identificação do vírus da hepatite b	Amb.	Média	-
02.13.01.036-4	Imunohistoquimica p/ identificação do vírus da Hepatite D	Amb.	Alta	-



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.13.01.037-2	Isolamento da Rickettsia Ricktsii (febre maculosa)	Amb.	Alta	-
02.13.01.038-0	Isolamento do vírus da dengue	Amb.	Média	-
02.13.01.039-9	Isolamento do vírus da febre do nilo ocidental	Amb.	Média	-
02.13.01.040-2	Isolamento do virus da influenza	Amb.	Alta	-
02.13.01.041-0	Isolamento do vírus da meningite viral	Amb.	Média	-
02.13.01.042-9	Isolamento do vírus da poliomielite	Amb.	Alta	-
02.13.01.043-7	Isolamento do vírus da raiva	Amb.	Alta	-
02.13.01.044-5	Isolamento do virus do sarampo	Amb.	Alta	-
02.13.01.045-3	Micro-aglutinação p/ identificação de leptospiros (leptospirose)	Amb.	Média	-
02.13.01.046-1	Pesquisa de tripanossomas (no barbeiro)	Amb.	Média	-
02.13.01.047-0	Prova biológica p/ identificação do vírus da raiva	Amb.	Média	-
02.13.01.048-8	Prova contra-imunoeletroforese p/ meningococos (meningite bacteriana)	Amb.	Média	-
02.13.01.049-6	Prova de toxigenicidade p/ bacilo diftérico (in vitro)	Amb.	Média	-
02.13.01.050-0	Quantificação da carga viral do HIV (DNA)	Amb.	Média	-
02.13.01.051-8	Sequenciamento p/ identificação do vírus da meningite viral	Amb.	Média	-



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.13.01.052-6	Sequenciamento p/ identificação do vírus da poliomielite	Amb.	Média	-
02.13.01.053-4	Sequenciamento p/ identificação do vírus do sarampo	Amb.	Média	-
02.13.01.054-2	Sequenciamento p/ identificação do vírus da Hepatite C	Amb.	Alta	-
02.13.01.055-0	Sorologia p/ identificacao do vibrio cholerae	Amb.	Média	-
02.13.01.056-9	Teste de elisa igg p/ identificação de parvovirus (parvovirose)	Amb.	Média	-
02.13.01.057-7	Teste de elisa igg p/ identificação do toxoplasma gondii (toxoplasmose)	Amb.	Média	-
02.13.01.058-5	Teste de elisa igg p/ identificação do vírus do sarampo	Amb.	Média	-
02.13.01.059-3	Teste de elisa igm p/ identificação de shiguelas (shigelose)	Amb.	Média	-
02.13.01.060-7	Teste de elisa igm p/ identificação do parvovirus (parvovirose)	Amb.	Média	-
02.13.01.061-5	Teste de elisa igm p/ identificação do vírus do sarampo	Amb.	Média	-
02.13.01.062-3	Teste de elisa p/ identificação do vírus da febre amarela (ensaio imunoenzimatico)	Amb.	Média	-
02.13.01.063-1	Teste de hemaglutinacao indireta p/ identificação do vírus da influenza	Amb.	Média	-
02.13.01.064-0	Teste de hemaglutinação p/ identificação da pasteurella pestis (peste bubonica)	Amb.	Média	-



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.13.01.065-8	Teste de hemaglutinação p/ identificação do vírus da febre amarela	Amb.	Média	-
02.13.01.066-6	Teste de hemaglutinação p/ identificação do vírus da febre do nilo ocidental	Amb.	Média	-
02.13.01.067-4	Teste de hibridização in situ p/ identificação do vírus da dengue	Amb.	Alta	-
02.13.01.068-2	Teste de neutralização p/ identificação do vírus da febre amarela	Amb.	Média	-
02.13.01.069-0	Teste de sensibilidade a drogas contra a tuberculose	Amb.	Média	-
02.13.01.070-4	Teste de soroneutralização p/ identificação do vírus da raiva	Amb.	Média	-
02.13.01.071-2	Teste dot-elisa p/ identificação da pasteurella pestis (Peste Bubônica)	Amb.	Média	-
Forma de Organização: EXAMES RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE				
02.13.02.001-7	Análise de bactérias patogênicas em água	Amb.	Média	-
02.13.02.002-5	Análise de bactérias patogênicas em solo	Amb.	Média	-
02.13.02.003-3	Análise de coliformes e bactérias heterotróficas em água	Amb.	Média	-
02.13.02.004-1	Análise de metais pesados	Amb.	Média	-
02.13.02.005-0	Análise de resíduos de pesticidas	Amb.	Média	-
02.13.02.006-8	Análise físico-química de água	Amb.	Média	-
02.13.02.007-6	Cultura p/ identificação do vibrio cholerae	Amb.	Média	-



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

em análise de água

02.13.02.008-4

Cultura p/ identificação do vibrio cholerae
em análise de alimentos

Amb.

Média

-

Sub-Grupo: DIAGNÓSTICO POR TESTE RÁPIDO

Forma de Organização: 01 - TESTE REALIZADO FORA DA ESTRUTURA DE LABORATÓRIO

02.14.01.001-5

Glicemia capilar

Amb.

Básica

5,55

02.14.01.002-3

Pesquisa de corpos cetônicos na urina

Amb.

Básica

4,46

02.14.01.003-1

Pesquisa de glicose na urina

Amb.

Básica

6,00

02.14.01.004-0

Teste rápido para detecção de HIV em
gestante

Amb./Hosp.

Média

40,00

02.14.01.005-8

Teste rápido para detecção de infecção pelo
HIV

Amb./Hosp.

Média

40,00

Forma de Organização: TOMOGRAFIA DA CABEÇA, PESCOÇO E COLUNA VERTEBRAL

02.06.01.001-0

Tomografia computadorizada de coluna
cervical s/ contraste

Amb./Hosp.

Alta

181,20

02.06.01.002-8

Tomografia computadorizada de coluna
lombo-sacra s/contraste

Amb./Hosp.

Alta

181,20

02.06.01.003-6

Tomografia computadorizada de coluna
toracica s/ contraste

Amb./Hosp.

Alta

181,20

Tomografia computadorizada de coluna
dorsal s/ contraste

Amb./Hosp.

Alta

181,20

02.06.01.004-4

Tomografia computadorizada de face / seios
da face / articulações temporo-mandibulares
s/ contraste

Amb./Hosp.

Alta

181,20



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.06.01.005-2	Tomografia computadorizada de pescoço s/ contraste	Amb.	Alta	130,45
02.06.01.006-0	Tomografia computadorizada de sela túrcica s/ contraste	Amb./Hosp.	Alta	181,20
02.06.01.007-9	Tomografia computadorizada do crânio sem contraste	Amb./Hosp.	Média	181,20
02.06.01.008-7	Tomomielografia computadorizada s/ contraste	Amb.	Alta	181,20
	Tomografia computadorizada de coluna cervical (com contraste)	Amb./Hosp.	Alta	420,00
	Tomografia computadorizada de coluna lombo-sacra (com contraste)	Amb./Hosp.	Alta	420,00
	Tomografia computadorizada de coluna torácica (com contraste)	Amb./Hosp.	Alta	420,00
	Tomografia computadorizada de coluna dorsal c/ contraste	Amb./Hosp.	Alta	420,00
	Tomografia computadorizada de face / seios da face / articulações temporo-mandibulares (com contraste)	Amb./Hosp.	Alta	420,00
	Tomografia computadorizada de pescoço (com contraste)	Amb.	Alta	440,00
	Tomografia computadorizada de sela túrcica (com contraste)	Amb./Hosp.	Alta	440,00
	Tomografia computadorizada do crânio (com contraste)	Amb./Hosp.	Média	480,00

Forma de Organização: 02 - TOMOGRAFIA DO TÓRAX E MEMBROS SUPERIORES



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.06.02.001-5	Tomografia computadorizada de articulações de membro superior s/ contraste (Unilateral)	Amb.	Alta	217,20
	Tomografia computadorizada de articulações de membro inferior s/ contraste (Unilateral)	Amb.	Alta	217,20
	Tomografia computadorizada de articulações de membro superior com contraste (unilateral)	Amb.	Alta	500,00
	Tomografia computadorizada de articulações de membro inferior com contraste (unilateral)	Amb.	Alta	500,00
02.06.02.002-3	Tomografia computadorizada de segmentos apendiculares s/ contraste	Amb.	Alta	217,20
02.06.02.003-1	Tomografia computadorizada de tórax s/ contraste	Amb./Hosp.	Alta	217,20
	Tomografia computadorizada de tórax (com contraste)	Amb./Hosp.	Alta	600,00
02.06.02.004-0	Tomografia de hemitorax / mediastino (por plano) s/ contraste	Hosp.	Alta	217,20
	Tomografia computadorizada de segmentos apendiculares (com contraste)	Amb.	Alta	420,00
Forma de Organização: 03 - TOMOGRAFIA DO ABDOMEN, PELVE E MEMBROS INFERIORES				
02.06.03.001-0	Tomografia computadorizada de abdômen superior (sem contraste)	Amb./Hosp.	Média	217,20
	Tomografia computadorizada de abdômen superior (com contraste)	Amb./Hosp.	Média	440,00
	Tomografia Computadorizada de Abdomen	Amb./Hosp.	Alta	660,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

	Total (com contraste)			
02.06.03.003-7	Tomografia computadorizada de pelve / bacia /abdomen inferior s/ contraste	Amb./Hosp.	Média	217,20
	Tomografia computadorizada de pelve / bacia/ abdomen inferior (com contraste)	Amb./Hosp.	Média	440,00
02.06.03.002-9	Tomografia computadorizada de articulações de membro superior sem contraste (Unilateral)	Amb.	Alta	217,20
02.06.03.002-9	Tomografia computadorizada de articulações de membro inferior sem contraste (Unilateral)	Amb.	Alta	217,20
	Angiotomografia (crânio ou pescoço ou tórax ou abdome superior ou pelve) - arterial ou venosa (com contraste)	Amb./Hosp.	Alta	548,17
	Tomografia Computadorizada de mastoides ou orelhas (s/ contraste)	Amb./Hosp.	Alta	217,20
	Tomografia Computadorizada de mastoides ou orelhas (com contraste)	Amb./Hosp.	Alta	562,00
Sub-Grupo: DIAGNÓSTICO POR MEDICINA NUCLEAR IN VIVO				
02.08.01.002-5	Cintilografia de miocárdio p/ avaliação da perfusão em situação de estresse (mínimo 3 projeções)	Am	Alta	R\$ 618,7 5
02.08.01.003-3	Cintilografia de miocárdio p/ avaliação da perfusão em situação de repouso (mínimo 3 projeções)	Amb.	Alta	R\$ 618,7 5
02.08.02.001-2	Cintilografia de fígado e baço (mínimo 5 imagens)	Amb./Ho sp	Alta	R\$ 525,0 0
02.08.02.005-5	Cintilografia p/ estudo de transito esofágico (liquido)	Amb./Ho sp	Alta	R\$



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

				252,0 0
02.08.02.007-1	Cintilografia p/ estudo de transito gástrico	Amb./Ho sp	Alta	R\$ 252,0 0
02.08.02.008-0	Cintilografia p/ pesquisa de diverticulose de Meckel	Amb./Hosp	Alta	R\$ 375,0 0
02.08.03.001-8	Cintilografia de paratireoides	Amb./Hosp.	Alta	R\$ 637,5 0
02.08.03.002-6	Cintilografia de tireoide c/ ou s/ captação	Amb./Hosp.	Alta	R\$ 337,5 0
02-08-03-004- 2	Cintilografia p pesquisa do corpo inteiro	Amb./Hosp.	Alta	R\$ 900,0 0
02.08.04.005-6	Cintilografia renal/renograma (qualitativa e/ou quantitativa)	Amb./Hosp.	Alta	R\$ 312,5 0
02.08.04.007-2	Cistocintilografia indireta	Amb./Hosp.	Alta	R\$ 270,0 0
02.08.04.008-0	Determinação do fluxo glomerular	Amb. / H o s p .	Alta	R\$ 312,5 0
02.08.04.009-9	Determinação de fluxo plasmático renal	Amb./Hosp.	Alta	R\$ 312,5 0
02.08.04.010-2	Estudo renal dinâmico c/ ou s/ diurético - dtpa	Amb./Hosp.	Alta	R\$ 312,5 0
02.08.05.003-5	Cintilografia de ossos c/ ou s/ fluxo sanguineo (corpo inteiro)	Amb./Hosp.	Alta	R\$ 350,0 0



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.08.06.001-4	Cintilografia de perfusão cerebral c/ talio (specto)	Amb./Hosp.	Alta	R\$ 900,00
02.08.07.002-8	Cintilografia de pulmão p/ pesquisa de aspiração - pesquisa de refluxo gástrico esofágico (rge)	Amb./Hosp.	Alta	R\$ 350,00
02.08.08.004-0	Linfocintilografia	Amb./Hosp.	Alta	R\$ 500,00

Sub-Grupo - DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA

Forma de Organização - EXAMES RADIOLÓGICOS DO TORAX E MEDIASTINO

02.04.03.003-0	Mamografia bilateral	Amb.	Média	100,90
----------------	----------------------	------	-------	--------

Forma de Organização: DIAGNÓSTICO EM OTORRINOLARINGOLOGIA/FONOAUDIOLOGIA

02.11.07.001-7	Análise acústica da voz por meio de laboratório de voz	Amb.	Média	5,00
02.11.07.002-5	Audiometria de reforço visual (via aérea / óssea)	Amb./Hosp.	Média	25,00
02.11.07.003-3	Audiometria em campo livre	Amb.	Média	25,00
02.11.07.004-1	Audiometria tonal limiar (via aérea / óssea)	Amb./Hosp.	Média	25,00
02.11.07.005-0	Avaliação auditiva comportamental	Amb.	Média	22,00
02.11.07.006-8	Avaliação de linguagem escrita / leitura	Amb.	Média	12,00
02.11.07.007-6	Avaliação de linguagem oral	Amb.	Média	12,00
02.11.07.008-4	Avaliação miofuncional de sistema estomatognático	Amb.	Média	12,00



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.11.07.009-2	Avaliação p/ diagnostico de deficiência auditiva	Amb.	Média	24,75
02.11.07.010-6	Avaliação p/ diagnostico diferencial de deficiência auditiva	Amb.	Alta	46,56
02.11.07.011-4	Avaliação vocal	Amb.	Média	12,00
02.11.07.012-2	Eletrococleografia	Amb.	Média	110,00
02.11.07.013-0	Eletrogustometria	Amb.	Média	1,37
02.11.07.014-9	Emissões otoacusticas evocadas p/ triagem auditiva	Amb.	Média	15,00
02.11.07.015-7	Estudo de emissões otoacusticas evocadas transitórias e produtos de distorção (EOA)	Amb.	Média	55,00
02.11.07.016-5	Estudo topodiagnostico da paralisia facial	Amb.	Média	13,50
02.11.07.017-3	Exame de organizacao perceptiva	Amb.	Média	12,00
02.11.07.018-1	Exame neuropsicomotor evolutivo	Amb.	Média	12,00
02.11.07.019-0	Gustometria	Amb.	Média	13,50
02.11.07.020-3	Imitanciometria	Amb./Hosp.	Média	46,00
02.11.07.021-1	Logaudiometria (LDV-IRF-LRF)	Amb.	Média	32,50
02.11.07.022-0	Olfatometria	Amb.	Média	1,37
02.11.07.023-8	Pesquisa de fistula perilinfatica	Amb.	Média	12,00
02.11.07.024-6	Pesquisa de ganho de inserção	Amb.	Média	15,75



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

02.11.07.025-4	Pesquisa de pares cranianos	Amb.	Média	1,37
02.11.07.026-2	Potencial evocado auditivo de curta media e longa latência	Amb.	Média	52,50
02.11.07.027-0	Potencial evocado auditivo p/ triagem auditiva	Amb.	Média	18,75
02.11.07.028-9	Prova de função tubária	Amb.	Média	12,00
02.11.07.029-7	Reavaliação diagnóstica de deficiência auditiva em paciente maior de 3 anos	Amb.	Média	22,55
02.11.07.030-0	Reavaliação diagnóstica de deficiência auditiva em paciente menor de 3 anos	Amb.	Média	44,36
02.11.07.031-9	Seleção e verificação de benefício do AASI	Amb.	Média	8,75
02.11.07.032-7	Testes acúmetricos (diapasão)	Amb.	Média	1,37
02.11.07.033-5	Testes auditivos supraliminares	Amb.	Média	1,37
02.11.07.034-3	Testes de processamento auditivo	Amb.	Média	17,75
02.11.07.035-1	Testes vestibulares / otoneurológicos	Amb./Hosp.	Média	17,55
02.11.07.036-0	Triagem auditiva de escolares	Amb.	Média	12,00



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____



ANEXO IX

EXAMES LABORATORIAIS

Gasto mensal médio

MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	MÉDIA DE GASTOS MENSAL	ACRÉSCIMO 95%	ESTIMATIVA ANUAL
R\$ 567.807,72	R\$ 548.774,71	R\$ 681.065,81	R\$ 578.867,99	R\$ 852.434,04	R\$ 645.790,05	R\$ 1.259.290,60	R\$ 15.111.487,20

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Gasto mensal médio

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÉDIA DE GASTOS MENSAL	ACRÉSCIMO 182%	ESTIMATIVA ANUAL
R\$ 166.847,25	R\$ 140.784,51	R\$ 111.988,72	R\$ 106.572,26	R\$ 124.608,51	R\$ 130.160,25	R\$ 367.051,90	R\$ 4.404.622,80

MAMOGRAFIA



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

Gasto mensal médio

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÉDIA DE GASTOS MENSAL	ACRÉSCIMO 127%	ESTIMATIVA ANUAL
R\$ 23.670,00	R\$ 26.640,00	R\$ 31.545,00	R\$ 28.890,00	R\$ 24.525,00	R\$ 27.054,00	R\$ 61.412,58	R\$ 736.950,96

CINTILOGRAFIA

Gasto mensal médio

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÉDIA DE GASTOS MENSAL	ACRÉSCIMO 124%	ESTIMATIVA ANUAL
R\$ 17.645,46	R\$ 22.898,43	R\$ 14.565,62	R\$ 6.181,22	R\$ 9.471,45	R\$ 14.152,44	R\$ 31.701,46	R\$ 380.417,52

OTORRINOLARINGOLOGISTA

Gasto mensal médio



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº 3760/2025

Folha: _____

Rubrica: _____

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÉDIA DE GASTOS MENSAL		ESTIMATIVA ANUAL
X	X	X	X	X	R\$ 6.790,00		R\$ 81.480,00

*NÃO POSSUI SÉRIE HISTÓRICA

MENSAL	ANUAL
R\$ 1.726.246,54	R\$ 20.714.958,48

Considerando a diversidade de exames a serem credenciados de forma quantitativa, onde não há uma base sólida de projeção quantitativa unitária, a técnica quantitativa abordada para determinar o teto para a realização de exames clínicos é a média atual de gastos mensais com os supracitados exames, conforme demonstrado.